

Fernando César de Macedo; Porto, Leonardo Rodrigues

Working Paper

Evolução regional do mercado de trabalho no Brasil (2000-2018): Apontamentos para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

Texto para Discussão, No. 2652

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Fernando César de Macedo; Porto, Leonardo Rodrigues (2021) : Evolução regional do mercado de trabalho no Brasil (2000-2018): Apontamentos para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), Texto para Discussão, No. 2652, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td2652>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/240846>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2652

**EVOLUÇÃO REGIONAL DO MERCADO
DE TRABALHO NO BRASIL (2000-2018):
APONTAMENTOS PARA A POLÍTICA
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL (PNDR)**

**Fernando César de Macedo
Leonardo Rodrigues Porto**



EVOLUÇÃO REGIONAL DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL (2000-2018): APONTAMENTOS PARA A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)

Fernando César de Macedo¹
Leonardo Rodrigues Porto²

1. Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (Cede), coordenador do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais (Getete) e pesquisador visitante do Ipea. *E-mail*: <fcmacedo@unicamp.br>.

2. Mestre em desenvolvimento econômico pelo IE/Unicamp e doutorando pesquisador do Cede, no mesmo instituto *E-mail*: <lnrdporto@gmail.com>.

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

André Tortato Rauem

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

André Reis Diniz

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2021

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada. - Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: J21; R11; R23.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2652>

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 QUADRO GERAL DA ECONOMIA BRASILEIRA	9
3 CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO NO PERÍODO 2000-2010	26
4 A GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL NAS REGIÕES BRASILEIRAS, SEGUNDO DADOS DA RAIS NO PERÍODO 2002-2018	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	81

SINOPSE

Este estudo tem como objetivo analisar a evolução do emprego no país, tomando como referenciais os períodos 2000-2014 e 2015-2018. Trata-se da situação atual e da evolução do emprego formal no Brasil, por meio de uma análise regional e *multiescalar*, conforme os princípios básicos preconizados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Deste modo, busca-se analisar o desempenho do mercado de trabalho brasileiro em diferentes recortes espaciais, tais como as macrorregiões e/ou por hierarquia urbana, além de efetuar uma análise setorial regionalizada. Nada obstante, sua ênfase principal recai sobre o nível das microrregiões (MRGs) geográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com atenção especial à tipologia sub-regional da PNDR, cujos parâmetros foram atualizados por Macedo e Porto (2018). Este texto discute as principais determinações que atuaram sobre a dinâmica regional brasileira e seu mercado de trabalho nos períodos em análise. Na segunda seção, analisa-se o movimento da economia brasileira em sua dimensão macroeconômica e em seus rebatimentos regionais. Busca-se avaliar, sempre que possível, seus impactos sobre o mercado de trabalho. Nas terceira e quarta seções, analisa-se o mercado de trabalho em diferentes níveis de agregação regional. Na terceira seção, traça-se um quadro dos indicadores do mercado de trabalho para as MRGs brasileiras com base nos dados dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010, e toma como referência a tipologia da PNDR. Na quarta seção, faz-se uma análise da evolução do emprego formal no Brasil, de 2002 a 2014 e de 2015 a 2018. Nesta parte, consideraram-se as macrorregiões, microrregiões e a posição dos centros urbanos na hierarquia urbano-regional, definida pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades (Regic).

Palavras-chave: crescimento econômico; economia regional; emprego formal; mercado de trabalho; PNDR.

ABSTRACT

This text aims to analyze the evolution of employment in Brazil, taking as reference the periods 2000-2014 and 2015-2018. It addresses the current situation and the evolution of formal employment in Brazil, through a regional and multiscale analysis, according to the basic principles recommended by the National Policy for Regional Development (PNDR). It seeks to analyze the performance of the Brazilian labor market at different scales, such as macro-regions or by urban hierarchy, in addition to conducting a regionalized sectorial analysis. However, its emphasis is on the level of the geographic micro-regions (MRG) of IBGE, with special attention to the Sub-regional Typology of

the PNDR. The text discusses the determinations that acted on the Brazilian regional dynamics and its labor market in the period. In the second section, the movement of the Brazilian economy is analyzed in its macroeconomic dimension and in its regional repercussions, and it seeks to assess its impacts on the labor market. In the third and fourth sections, the labor market is analyzed at different levels of regional aggregation. In the third section, look at the labor market indicators for the Brazilian MRGs, based on data from the IBGE demographic censuses, for the years 2000 and 2010, and has the PNDR typology as a reference. In the fourth section, an analysis is made of the evolution of formal employment in Brazil, between the years 2002 to 2014 and 2015 to 2018. In this part, we consider the macro-regions, micro-regions, and the position of urban centers in the urban-regional hierarchy.

Keywords: economic growth; regional economy; formal employment; labor market; National Policy for Regional Development (PNDR).

1 INTRODUÇÃO

Neste início de século XXI, a dinâmica regional brasileira foi influenciada por diversos fatores que não se relacionam às políticas de desenvolvimento territorial, em particular com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).¹ Entre esses fatores, cabe destacar quatro relacionados aos objetivos deste trabalho: i) a ampliação dos postos de trabalho e queda do desemprego; ii) o aumento da formalização do mercado de trabalho no Brasil; iii) a ampliação do poder de compra da força de trabalho formalizada; e iv) o aumento real do salário mínimo. Em termos macroeconômicos, esses fatores tiveram importância para a retomada do crescimento da economia brasileira em alguns períodos deste século. Com isso, reverteu-se o quadro de baixo desempenho das duas décadas anteriores e de desestruturação do mercado de trabalho verificada na década de 1990.

Nos anos 1990, a orientação de políticas neoliberais impôs uma reestruturação produtiva e econômica que afetou as condições de trabalho. Destaca-se o aumento da flexibilização do trabalho, associado às terceirizações que se avolumaram no bojo da reestruturação produtiva, do aumento da concorrência externa pela abertura indiscriminada e não planejada da economia brasileira e do processo de privatizações. As taxas de desemprego apresentaram tendência ascendente, especialmente após a implementação do Plano Real (1993-1994) e das reformas que o seguiram.²

Tais medidas tiveram sucesso em controlar a inflação, importante para a recuperação do poder de compra das famílias e reaquecimento do mercado de trabalho na década seguinte. Nos anos 1990, houve aumento na informalidade, que passou de 51,4% em 1995 para 53,5% em 2001, segundo os dados de Krein e Manzano (2014). Apenas a partir de 2003, esta tendência se reverteu, em decorrência de um quadro favorável da economia brasileira até 2008.

Ao lado dos quatro fatores mencionados, outros foram decisivos para a retomada do crescimento do mercado interno nos anos 2000, com destaque para o aumento do consumo das famílias. Políticas como a de ampliação do crédito e de expansão do inves-

1. Uma discussão sobre os principais determinantes da dinâmica regional brasileira neste século pode ser vista em Macedo e Porto (2018).

2. As taxas de desemprego no Brasil começaram a cair a partir de 2004.

timento público e privado, além do barateamento dos bens industriais pelo aumento das importações fizeram com que o consumo das famílias – em especial, aquelas de baixa renda – crescessem acima do produto interno brasileiro (PIB), alterando sua composição na demanda agregada, pós-2006 (Amitrano, 2015). Observou-se o crescimento na participação da renda do trabalho na renda nacional. Por esta razão, Baltar, Souen e Campos (2018) consideram o período 2004-2013 como o de “crescimento com inclusão social”. Bielschowsky (2012), na mesma linha desses autores, aponta o período como de “crescimento com redistribuição de renda pela via do consumo de massa”.

Nada obstante, a análise agregada empreendida nos estudos sobre o mercado de trabalho não possibilita compreender as especificidades espaciais desse movimento. Com efeito, o desempenho de cada região apresenta características próprias, sobretudo quando observado em diferentes escalas regionais. Nesse sentido, o objetivo deste Texto para Discussão (TD) é analisar a evolução do emprego no país, entre 2000 e 2014 e 2015 e 2018, segundo diferentes níveis de regionalização, com particular ênfase para o comportamento no nível das microrregiões (MRGs) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Procura-se discutir as especificidades da reativação do mercado de trabalho e seu impacto regional na geração de empregos, segundo as escalas espaciais priorizadas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pelos setores de atividades mais expressivos nestas escalas.

Para traçar esse quadro geral da evolução do mercado de trabalho regional, na próxima seção, faz-se uma breve caracterização do quadro macroeconômico do período e suas repercussões espaciais, bem como sobre o mercado de trabalho. Discute-se também a evolução do produto e dos principais setores de atividade captados pelas contas regionais e pelo PIB municipal.

Na terceira seção, busca-se traçar um quadro dos indicadores do mercado de trabalho para as MRGs brasileiras com base nos dados dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010. A análise toma como referência a tipologia sub-regional da PNDR, cujos parâmetros foram atualizados por Macedo e Porto (2018). Na quarta seção, discute-se a evolução do emprego formal no Brasil, nos períodos 2002-2014 e 2015-2018. Para tanto, consideraram-se as macrorregiões, microrregiões e a posição dos centros urbanos na hierarquia urbano-regional, definida pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades (Regic), de 2007.

2 QUADRO GERAL DA ECONOMIA BRASILEIRA

2.1 O desempenho da economia brasileira no período de 2000 a 2014 e sua dimensão espacial

A partir de 2003, o mercado de trabalho no Brasil reverteu a tendência de mau desempenho observada na década anterior. O crescimento econômico puxado pelo aumento da demanda internacional de *commodities* e a elevação de seus preços, até a crise mundial de 2007, e as políticas anticíclicas praticadas pós-2008 mantiveram o crescimento da economia brasileira e a continuação do aquecimento do mercado de trabalho.

Com efeito, o mercado de trabalho se beneficiou de ações explícitas de estímulo à demanda agregada promovidas pelo governo federal. As condições macroeconômicas mais favoráveis na primeira década deste século, em comparação aos anos 1990, possibilitaram ações do governo federal que sustentaram sua trajetória de crescimento. Após a deflagração da crise mundial,³ continuaria crescendo ainda que em ritmo menor. A partir de 2014, no entanto, observa-se a reversão desses indicadores.

Na tabela 1, evidenciam-se os determinantes do crescimento da economia brasileira, entre 2003 e 2016, destacando-se o desempenho das exportações no período 2003-2008. Depois, com a crise e a queda do preço das *commodities*, o consumo das famílias passa a ter destaque, se beneficiando da ampliação do crédito ao consumidor e pela maior capilaridade dos bancos públicos com abertura de novas agências.⁴ Entre 2008 e 2013, também se observa o crescimento da formação bruta de capital fixo (FBKF) que teve forte componente do gasto público com obras de infraestrutura e investimentos do Programa *Minha Casa, Minha Vida* (MCMV). A partir de 2014, observa-se a retração do PIB. Entre 2014 e 2016, apenas as exportações tiveram desempenho positivo, ainda assim, muito abaixo do verificado até 2008.

3. Conforme destacado por Baltar (2015, p. 8): “dispondo de reservas internacionais e havendo pouca dívida pública externa e interna indexada à taxa nominal de câmbio [...], o governo teve recursos para reagir com eficácia para preservar a atividade da economia”.

4. A Caixa Econômica Federal (Caixa) e o Banco do Brasil (BB) ampliaram sua capilaridade a partir de 2008. Entre 2007 e 2014, foram quase 3 mil novas agências. Para mais dados, ver: <<https://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?frame=1>>.

TABELA 1
Taxa média anual de crescimento da demanda agregada, por subperíodos selecionados – Brasil
(Em %)

Demanda	1996-1999	1999-2003	2003-2008	2004-2008	2008-2013	2014-2016
PIB a preços de mercado	1,6	2,1	4,2	4,8	3,5	-2,3
Consumo das famílias	1,5	1,2	4,3	5,3	4,8	-2,0
Consumo do governo	1,1	1,9	2,9	3,1	2,5	-0,3
FBKF	-0,1	-1,8	6,1	8,2	6,7	-9,5
Exportações	5,2	9,0	7,7	7,0	1,5	2,3
Importações	0,7	-3,5	11,7	14,4	9,3	-8,9

Fonte: IBGE (2018).

A renda média *per capita* no país cresceu no período pós-2003. O maior destaque vai para as regiões Nordeste e Centro-Oeste, cujo desempenho se deu acima da média nacional (tabela 2), influenciando as taxas de crescimento do consumo das famílias no agregado Brasil. O crescimento do consumo (tabela 1) e da renda média (tabela 2) ficaram bem acima do verificado para os anos 1980 (da crise da dívida) e os 1990 (do ajuste neoliberal).

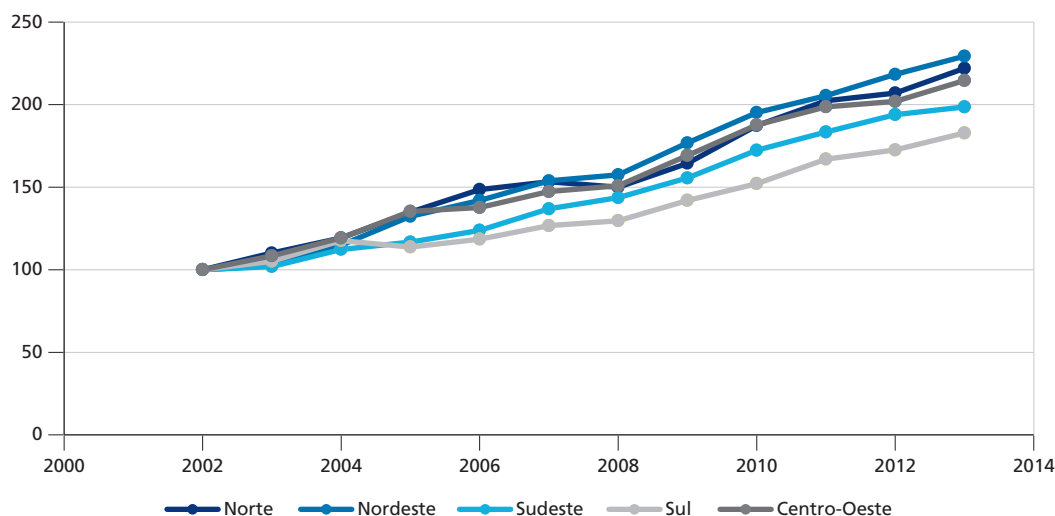
TABELA 2
Taxa média de crescimento da renda média *per capita* domiciliar, diversos períodos – Brasil e regiões
(Em %)

Brasil e regiões	1979-1990	1990-2001	2001-2012	2003-2012
Norte	2,1	-2,3	2,3	4,2
Nordeste	1,1	1,6	4,7	6,4
Sudeste	-0,4	0,9	2,7	4,2
Sul	1,2	2,0	3,5	4,4
Centro-Oeste	-0,2	0,6	4,3	5,9
Brasil	0,2	1,0	3,2	4,6

Fonte: Macedo, Pires e Sampaio (2015).

A elevação da renda pós-2003 derivou do crescimento econômico, da formalização do emprego e das políticas de transferência de renda. Em consonância com a ampliação do crédito às famílias, verificou-se elevação do consumo, principalmente, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Essas três regiões apresentaram desempenho superior ao das regiões Sul e Sudeste, medindo-se pelo índice de vendas no varejo (gráfico 1).

GRÁFICO 1
Índice de vendas no varejo, segundo macrorregiões



Fonte: Macedo, Pires e Sampaio (2015).
Obs.: 2002 = 100.

Em relação à FBKF, os investimentos públicos tiveram importância macroeconômica, mas, também, regional. Tal desempenho remete à implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e apresentou caráter desconcentrador. As participações das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste na carteira de investimentos superaram suas participações no PIB brasileiro⁵ (Macedo, Pires e Sampaio 2015). As duas primeiras regiões possuem os piores indicadores sociais e todas as três apresentam *deficit* em infraestrutura. Portanto, esse direcionamento representou uma ação positiva no sentido de diminuir as desigualdades regionais e garantiu aderência ao modelo exportador do país centrado em *commodities*.

Nas tabelas 3 e 4, observa-se que os investimentos em logística (PAC 1) e transportes (PAC 2) tiveram alta participação no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estas duas últimas regiões foram as que apresentaram maior crescimento das exportações agroindustriais-minerais.

5. Segundo o balanço apresentado na página oficial do PAC, o montante de investimentos previsto na primeira fase era de R\$ 591 bilhões e na segunda, R\$ 871 bilhões. No entanto, existe discrepância entre o orçado e o executado, conforme alertam tanto os meios jornalísticos quanto acadêmicos.

Os gastos públicos em logística e transporte costumam ser avaliados pela sua importância como investimentos autônomos que aumentam a demanda agregada. Além disso, dada a pauta exportadora brasileira, considera-se sua relevância na redução dos custos de transporte, tão necessários para o aumento da competitividade sistêmica. A redução de custos é especialmente importante para produtos de baixo valor agregado e grande escala de produção. Esse tipo de produto exige outros modos de circulação para além do rodoviário, cujos fretes são mais elevados, sobretudo num país de dimensão continental em que as áreas produtoras estão distantes dos principais portos e centros consumidores.

TABELA 3
PAC 1: distribuição regional dos investimentos (2007-2010)

Regiões	Logística	Energética	Social e urbana	Total
Norte	13,1	7,5	5,9	7,3
Nordeste	24,5	20	17,8	19,4
Sudeste	37,5	57,8	53,8	53,6
Sul	13,6	9	14,4	12,1
Centro-Oeste	11,3	5,7	8,2	7,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Balanço do PAC. Disponível em: <www.pac.gov.br>.

TABELA 4
PAC 2: distribuição regional dos investimentos (2011-2014)

Regiões	Transporte	Energia	Cidade Melhor	Comunidade Cidadã	Minha Casa, Minha Vida	Água e Luz para Todos	Total
Norte	9,6	13,3	6,1	14,3	5,1	15,3	9,4
Nordeste	21,9	25,2	24,6	37,9	16,4	64,0	22,8
Sudeste	43,5	51,5	44,5	25,0	54,7	12,4	49,8
Sul	14,9	7,0	14,8	12,8	14,1	4,6	11,1
Centro-Oeste	10,1	3,0	10,0	10,0	9,6	3,6	6,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Balanço do PAC. Disponível em: <www.pac.gov.br>.

Macedo (2015) aponta que esses investimentos também têm importância significativa para a estruturação regional e urbana no país, devido às mudanças que promovem na rede urbana – com emergência de novas centralidades – e nos espaços intraurbanos dos municípios afetados por eles. É o caso do crescimento das cidades ao longo da BR-163, que se tornaram importantes nós para a circulação da cadeia de carne e grãos.

Ao lado das vantagens econômicas que as redes infraestruturais possibilitam para o espaço regional, observam-se problemas *intraurbanos* associados ao crescimento dessas cidades que têm aumento de demanda por infraestruturas urbanas e sociais. Da mesma forma, esses investimentos possibilitam a reorganização *interurbana*, com cidades assumindo novas funções na rede urbana relacionadas às infraestruturas constituídas. Os investimentos nos portos do arco Norte,⁶ por exemplo, trarão mudanças significativas na organização do espaço regional da região Norte, ao possibilitar nova espacialização na circulação das exportações de forma menos dependente dos portos do Sul e Sudeste.

As exportações tiveram desempenho importante para a demanda agregada, sobretudo entre 2003 e 2008, conforme destacado. Apesar da redução no ritmo de crescimento pós-2008, elas continuaram desempenhando papel relevante na organização do espaço regional e urbano brasileiro para além da simples agregação macroeconômica. De acordo com Macedo (2010),

a inserção externa – e seu perfil traçado pela política econômica – foi muito mais impactante na organização territorial, seja pela continuidade da itinerância da agricultura, seja pelos efeitos espaciais do crescimento da extrativa, seja pelo crescimento generalizado do terciário que acompanha a urbanização extensiva, ou ainda, pelo efeito da realocização de empresas da indústria de transformação que, buscando atingir o mercado externo, se direcionaram para regiões fora do core industrial do país, reforçando a desconcentração regional da produção. Ademais, o papel da infraestrutura e da logística – ambas indispensáveis para conexão das produções regionais ao mercado externo – é determinante na reestruturação do território, pois foram justamente nas atividades ligadas ao exterior que as grandes empresas globalizadas agiram de forma mais decisiva na organização do território para adaptá-lo às exigências da compressão tempo-espaço imposta pela nova geografia econômica (p. 92-93).

Assim, por um lado, o crescimento das exportações ampliou o grau de abertura da economia brasileira e de todas as suas regiões. Por outro, ampliou a produção e circulação de mercadorias pelo interior do Brasil, que passou a crescer acima da média de sua economia (Macedo e Porto, 2018). Em grande medida, esse desempenho foi puxado pela produção agroindustrial e mineral voltada para o atendimento do mercado mundial.

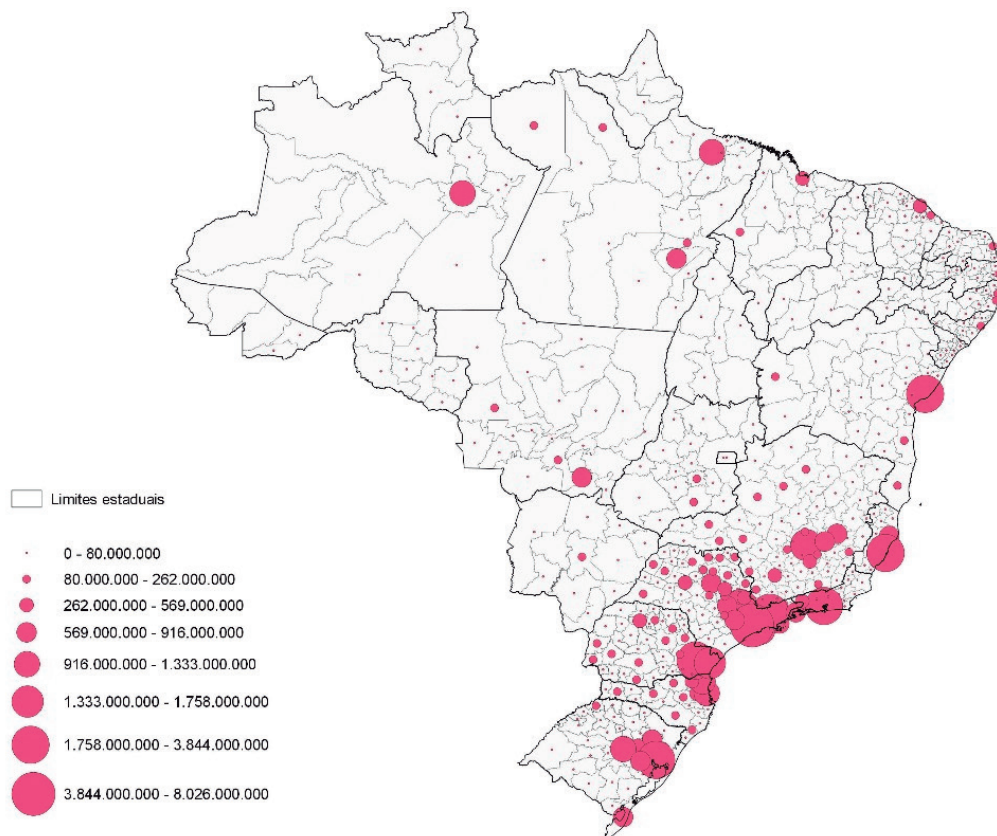
6. O arco Norte compreende portos hidroviários ou estações de transbordos dos estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão. A região é tida como estratégica para parte do escoamento dos grãos de Mato Grosso. As principais rodovias de acesso a esse arco são a BR-163 e a BR-158.

A geração de divisas advindas do interior do Brasil contribuiu para garantir capacidade para importar que sustentasse a ampliação do consumo no período pós-2008 (Macedo, 2010). As importações, apesar da queda no ritmo de crescimento, mantiveram-se altas e substituíram, parcialmente, a produção doméstica. Seria importante, portanto, uma reflexão que combine proteção do mercado nacional, atendimento do consumo e uso da capacidade para importar como mecanismos de promoção do crescimento nacional e regional.

Importante que essas medidas não se restrinjam apenas aos aspectos macroeconômicos, mas também considerem os impactos interurbanos e intraurbanos. Hoje, o interior do país funciona como plataforma territorial de geração de divisas, mas que são drenadas, sobretudo, para o consumo nos maiores centros urbanos. Como são áreas de crescimento da população urbana, as pressões sobre os municípios são crescentes.

Os mapas 1 e 2 apresentam a evolução das exportações brasileiras, segundo as MRGs. Observa-se ampliação da participação das MRGs do interior do Brasil no valor total das exportações. Trata-se de áreas ligadas ao agronegócio (Centro-Oeste e Norte do país) e à indústria extrativa (Sudeste do Pará). Esse movimento fica mais visível quando se analisa a distribuição das exportações, segundo o nível de centralidade urbana, indicado no trabalho Regic do IBGE (2008).

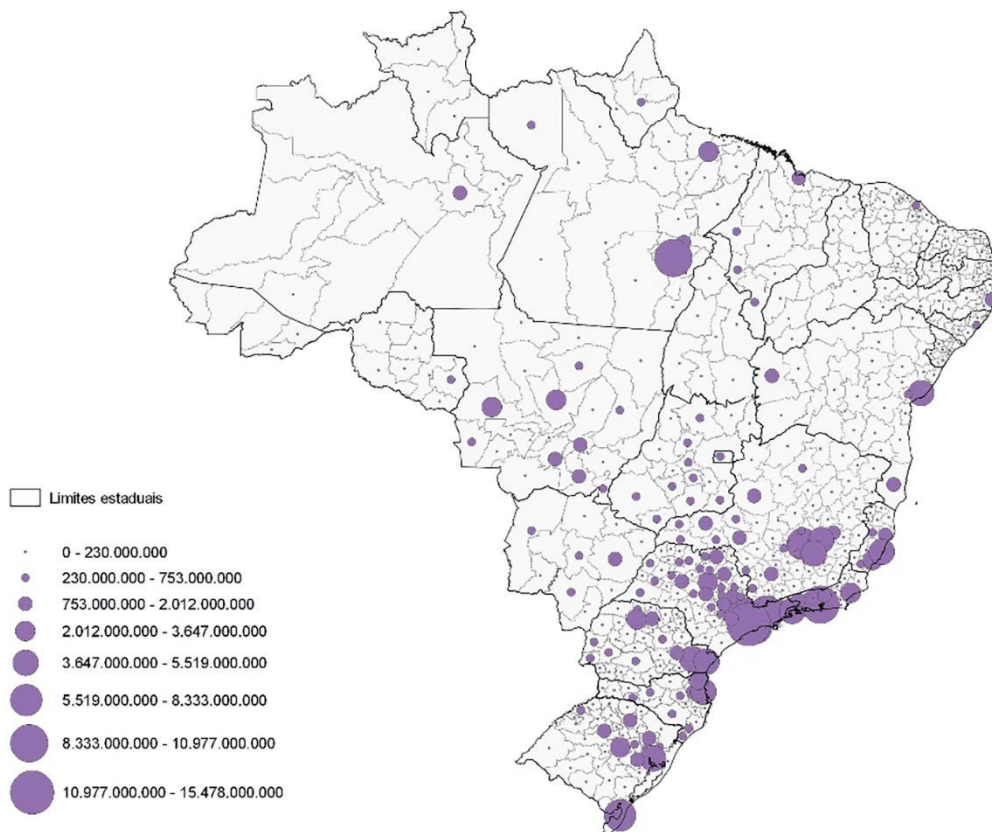
MAPA 1
Distribuição das exportações, segundo microrregiões – Brasil (2003)
(Em R\$)



Fonte: ME. Disponível em: <<https://bitly.com/iF8wc>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Elaboração dos autores.

MAPA 2
Distribuição das exportações, segundo microrregiões – Brasil (2013)
(Em R\$)



Fonte: ME. Disponível em: <<https://bityli.com/IF8wc>>. Acesso em: 12 mar. 2021.
Elaboração dos autores.

De acordo com os dados da tabela 5, os municípios classificados nos menores níveis da hierarquia urbana do país foram os que mais ampliaram participação no total das exportações brasileiras. A especialização exportadora desses centros menores fica visível com o maior crescimento de sua participação nas exportações brasileiras, bem acima do crescimento de suas participações no PIB do país (tabela 7) e do emprego formal (seção 4).

TABELA 5
Distribuição das exportações brasileiras, segundo o nível de centralidade das cidades (2003 e 2013)
(Em %)

Hierarquia urbana	2003	2013
Grande metrópole nacional	15,0	9,7
Metrópole nacional	4,3	5,6
Metrópole	15,9	11,6
Capital regional A	8,3	6,1
Capital regional B	4,4	5,3
Capital regional C	15,8	13,6
Centro sub-regional A	9,5	9,3
Centro sub-regional B	2,7	2,9
Centro de zona A	9,0	11,1
Centro de zona B	4,6	4,5
Centro local	10,4	20,2

Fontes: IBGE (2008) e ME. Disponível em: <<https://bitly.com/IF8wc>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Na Regic, esses são os centros de zona (A e B) e os centros locais que possuem menor diversificação produtiva e terciária, cumprindo papel de atendimento das necessidades básicas de suas áreas imediatas. Os centros locais são os pequenos municípios localizados na zona de expansão das *commodities* que tiveram maior ganho entre 2003 e 2013 (quase 10 pontos percentuais – p.p.). Funcionam, portanto, como verdadeiras plataformas de exportação.

O desafio para as políticas territoriais, respeitando as diversidades e especificidades locais, é internalizar essa imensa capacidade de produção para o mercado internacional em melhores condições de vida e oportunidades de emprego e renda para suas populações, situadas abaixo dos 10 mil habitantes. Percebe-se o esforço necessário para transformar esse potencial exportador em qualidade de vida para as populações locais quando se observa a contradição existente nos centros locais e nos centros de zona. Em 2013, estes detinham um terço das exportações brasileiras, mas estavam entre os níveis de centralidade com pior infraestrutura urbana, considerando as condições do entorno dos domicílios em áreas urbanas ordenadas.⁷

7. Conforme os próprios dados do Censo Demográfico 2010, que investigou as condições do entorno dos domicílios, cujos resultados para os estados podem ser vistos em IBGE (2016b).

2.2 Distribuição regional do PIB

No período 2003-2014, a desconcentração produtiva regional no país continuou. Verificou-se perda de participação no PIB nacional da região Sudeste (-1,6 p.p.) e Sul (-0,7 p.p.) e ganhos das regiões Norte (+0,6 p.p.), Nordeste (+1,1 p.p.) e Centro-Oeste (+0,5 p.p.). Do ponto de vista setorial, observa-se que essa desconcentração obedeceu tanto ao *ritmo de crescimento das atividades econômicas*, que apresentam especializações regionais, quanto aos resultados das *políticas públicas implementadas pós-2003*.

Em relação ao crescimento das atividades econômicas, o avanço da fronteira agro-mineral puxado pelo crescimento da demanda internacional e pelo expressivo aumento da produção brasileira, mesmo após a crise mundial, resultou em ganhos de participação das regiões Norte (+3,4 p.p.) e Centro-Oeste (+1,5 p.p.) no valor adicionado bruto (VAB) total da agropecuária brasileira. Com a indústria extrativa, puxada pelo crescimento da exploração mineral no sudeste do Pará, a região Norte apresentou ganho no total do país de +2,1 p.p.

A indústria de transformação seguiu tendência desconcentradora, mas deve-se considerar sua participação na composição do PIB brasileiro: caiu de 16,9% em 2003 para 12,0% em 2014. Seu desempenho foi melhor no período 2003-2008, quando o crescimento da economia esteve mais atrelado ao desempenho do setor externo (tabela 1) e cresceu à taxa média de 4,2% ao ano (a.a.). No período seguinte (2008-2013), em que as políticas públicas mantiveram aquecido o mercado interno, ainda que em ritmo menor, o desempenho da indústria de transformação foi sofrível, com taxa média anual de 1,0%. Ou seja, as importações responderam mais rapidamente ao consumo interno, mantendo elevadas as taxas de crescimento no período. Isso significa que os efeitos positivos das políticas anticíclicas foram parcialmente vazados para o exterior, em decorrência da substituição da produção doméstica pelas importações.

As dificuldades na indústria de transformação agravaram-se pela maior concorrência externa e por seus problemas estruturais. Também foi afetada pelo acirramento da guerra fiscal de caráter mercantil – a “guerra dos portos” (Macedo e Angelis, 2013). Esta, sob o argumento de estimular os estados portuários fora de São Paulo, gestou mecanismos de financiamento das importações que colocaram dificuldades para a indústria localizada no Brasil. A crise na indústria de transformação tem, também, uma dimensão espacial, dada sua localização nos maiores centros urbanos do país.

Em relação ao papel das políticas públicas, a ampliação do crédito e o crescimento do número de agências e postos de atendimento do BB e da Caixa facilitaram os financiamentos do consumo da população de mais baixa renda. Isso explica o crescimento do Nordeste no VAB total do comércio do país (+1,6 p.p.), embora as regiões Norte (-0,2 p.p.) e Centro-Oeste (-0,2 p.p.) tenham perdido participação. O crescimento das participações do Norte (+0,6 p.p.), Nordeste e Centro-Oeste (+1,3 p.p.) no VAB nacional das atividades financeiras, provavelmente, decorre desse movimento de expansão dos bancos públicos, pois nessas estão contabilizados os totais das operações financeiras localizadas em cada município.

A tabela 6 apresenta a distribuição setorial do PIB, segundo as regiões brasileiras. Tem destaque a queda da participação do Sudeste no VAB da indústria de transformação do Brasil (-4,6 p.p.) e o crescimento das participações do Norte, Nordeste e Centro-Oeste no VAB da construção civil. Nesse caso, refletindo os investimentos desconcentrados das obras de infraestrutura e do programa MCMV. O setor da construção civil foi um grande gerador de empregos no período em todas as regiões do país, conforme se demonstrará adiante.

A desconcentração produtiva em direção ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste não ocorreu apenas em duas atividades econômicas. A primeira é *informação e comunicação*, cuja participação do Sudeste passou de 68,8% do total nacional em 2003 para 70,5% em 2014, depois de atingir 74,5% em 2012. Trata-se de uma importante atividade terciária do atual estágio produtivo e tecnológico. Apesar de sua queda de participação e de seu pequeno peso no total do VAB brasileiro,⁸ a concentração crescente desta atividade no Sudeste, mais particularmente em São Paulo,⁹ reforça o padrão de divisão territorial do trabalho no Brasil. As atividades mais dinâmicas mantêm-se concentradas no Sudeste e com maior resistência à desconcentração regional.

8. Essa atividade passou de 4,3% do PIB total em 2003 para 3,5% em 2014.

9. A participação de São Paulo nessa atividade saltou de 41,2% em 2003 para 49,6% em 2013.

TABELA 6
Distribuição setorial do PIB por macrorregião – Brasil (2003 e 2014)
 (Em %)

Atividade econômica	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	2003	2014	2003	2014	2003	2014	2003	2014	2003	2014
Agropecuária	7,7	11,1	19,8	17,9	24,3	23,8	30,6	28,1	17,6	19,1
Indústria extrativa	7,0	9,1	12,3	6,3	77,5	82,5	1,6	1,0	1,7	1,2
Indústria de transformação	4,5	4,4	9,1	9,1	61,0	56,4	21,6	24,3	3,9	5,7
Serviços industriais de utilidade pública (Siups)	5,1	7,4	15,0	16,3	52,3	44,8	17,4	19,4	10,2	12,1
Construção	5,4	6,8	14,6	18,3	56,7	50,7	15,6	14,6	7,8	9,6
Comércio	5,3	5,1	14,1	15,7	49,7	50,8	21,7	18,9	9,2	9,4
Transporte e armazenagem	4,0	4,0	11,7	11,2	60,6	62,8	18,1	15,5	5,6	6,5
Alojamento e alimentação	5,0	4,9	15,3	17,8	58,6	56,9	14,1	12,2	6,9	8,3
Informação e comunicação	1,9	2,0	10,2	7,9	68,8	70,5	12,3	13,4	6,8	6,3
Atividades financeiras	1,2	1,8	5,8	7,1	73,1	69,1	10,7	11,5	9,2	10,5
Atividades imobiliárias	5,2	5,0	13,9	15,2	55,9	54,5	17,1	16,6	7,8	8,6
Serviços às empresas	2,1	3,0	9,6	12,0	67,0	64,5	14,1	13,3	7,1	7,3
Administração pública	7,3	8,2	19,2	21,1	45,2	41,8	13,1	13,8	15,2	15,2
PIB	4,7	5,3	12,8	13,9	56,5	54,9	17,1	16,9	8,9	9,4

Fonte: IBGE (2020).

A segunda atividade é *transporte, armazenagem e correio*, na qual se verifica crescimento da participação do Sudeste em 2,2 p.p. (passou de 60,6% em 2003 para 62,8% em 2014). No entanto, houve aumento de participação no agregado do Brasil: passou de 3,4% do total do PIB brasileiro em 2003 para 4,6% em 2014, provável reflexo da maior circulação promovida pelo modelo primário exportador de *commodities*. A região Centro-Oeste, em decorrência da maior circulação de transporte e do crescimento da rede de armazenagem também ampliou sua participação, passando de 5,6% do total nacional para 6,6% no mesmo período.

Aspecto importante da evolução do PIB regional é o crescimento da participação das atividades terciárias no Brasil e em suas regiões. Para o país, o setor terciário passou de 65,8% do total do VAB em 2003 para 71,2% em 2014, com destaque para a atividade de *comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas*, que saltou de 9,5% do total do VAB em 2003 (era 7,7% em 2002) para 13,6% em 2014. Essa evolução reflete o aquecimento do mercado interno e a ampliação do consumo das famílias.

O processo de crescimento das atividades terciárias ocorreu em todas as regiões do país. Destaca-se a região Nordeste, onde o VAB de serviços passou de 66,7% para 74,3% do VAB total no período indicado. A região Sul passou de 58,6% em 2003 para 65,6% em 2014. Também foi no Nordeste que as atividades de comércio mais expandiram a participação no VAB regional (+4,8 p.p.), o que está de acordo com a maior expansão do índice de vendas no varejo apresentado por esta região, pós-2002 (gráfico 1).

Apesar das melhorias advindas do processo de formalização dos empregos e das empresas, não se pode perder de vista as características estruturais do setor terciário em economias subdesenvolvidas. O terciário se caracteriza pela alta informalidade e por oferecer empregos de pior qualidade *vis à vis* a indústria de transformação. Esse fato é mais grave nas regiões com piores indicadores socioeconômicos como o Norte e o Nordeste. O crescimento relativo do terciário não pode ser comparado ao verificado em economias desenvolvidas. Nestas, o processo de desindustrialização e de crescimento concomitante do setor de serviços ocorreu após a sociedade atingir níveis de renda elevados. Trata-se de serviços de maior sofisticação e complexidade, ligados a padrões mais elevados de renda. Em economias subdesenvolvidas, os serviços são mais simples e de baixa qualificação.

A indústria de transformação, que oferece empregos de melhor qualidade, foi a atividade que mais perdeu participação nas estruturas produtivas brasileiras e regionais, pelos motivos já assinalados. No Brasil, a perda foi de 4,6 p.p. na composição do total do VAB entre 2003 e 2013. Entre as regiões, as cifras foram de: -6,0 p.p. no Norte; -3,8 p.p. no Nordeste; -5,8 p.p. no Sudeste; -2,9 p.p. no Sul; e +0,4 p.p. no Centro-Oeste, única a apresentar aumento de participação no período. As diferentes estruturas produtivas exigem estudos específicos para entendimento desse processo em cada região do país.

TABELA 7
Distribuição do PIB, segundo o nível de hierarquia urbana – Brasil (2002-2014)
(Em %)

Hierarquia urbana	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Grande metrópole nacional	20,0	19,6	18,8	19,6	19,6	19,7	19,2	19,4	19,2	19,0	18,5	18,2	18,1
Metrópole nacional	12,7	11,9	12,2	11,9	11,7	11,5	11,2	12,0	11,7	11,4	11,3	11,3	11,4
Metrópole	14,7	14,6	14,9	14,9	15,0	15,2	14,9	15,4	15,3	14,9	14,8	14,9	14,8
Capital regional A	7,1	7,2	7,3	7,5	7,6	7,5	7,6	7,6	7,7	7,5	7,4	7,3	7,5
Capital regional B	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,9	4,9	5,0	5,2	5,1	5,2	5,2	5,3

(Continua)

(Continuação)

Hierarquia urbana	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Capital regional C	9,2	9,3	9,4	9,5	9,6	9,4	9,7	9,0	8,9	8,9	9,0	8,9	9,0
Centro sub-regional A	5,0	5,1	5,1	5,1	5,2	5,1	5,3	5,1	5,1	5,1	5,3	5,3	5,4
Centro sub-regional B	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,5	2,4	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6
Centro de zona A	4,8	5,1	5,1	4,9	4,9	5,0	5,2	5,0	5,3	5,5	5,5	5,6	5,5
Centro de zona B	3,6	3,7	3,7	3,6	3,5	3,5	3,5	3,5	3,4	3,5	3,6	3,6	3,6
Centro local	15,8	16,4	16,2	15,8	15,7	15,6	16,0	15,5	15,8	16,5	16,9	17,0	17,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fontes: IBGE (2008) e ME. Disponível em: <<https://bityli.com/IF8wc>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Em relação ao nível de hierarquia urbana, destaca-se a perda de participação das metrópoles no total do PIB brasileiro entre 2002 e 2014 (tabela 7). Verificou-se o crescimento da participação das cidades menores (centros de zona e centros locais) e das cidades que assumem papel de intermediárias na rede urbana brasileira (capitais regionais e centros sub-regionais). Esse movimento parece indicar que a desconcentração produtiva assume dimensão relevante sobre as redes de cidades brasileiras. O fenômeno é mais intenso nas regiões onde a fronteira agrícola avança, criando dinâmicas específicas sobre cidades menores que, embora de reduzido tamanho populacional, passam a ter maior relevância em seu espaço sub-regional.

2.3 Algumas observações sobre o mercado de trabalho no período 2003-2014

Conforme destacado anteriormente, diversos trabalhos apontaram o reaquecimento do mercado de trabalho no pós-2003. A política de valorização do salário mínimo e o crescimento da formalização foram vetores importantes para a melhoria das condições de vida no país. Os principais beneficiados foram os estratos de mais baixa renda da classe trabalhadora, contribuindo com a redução das desigualdades sociais e regionais.

O quadro de crescimento econômico, de aumento do emprego, de formalização crescente e de estabilização de preços aumentou a participação da renda do trabalho no PIB nacional. Os dados das contas nacionais indicam participação crescente dos salários no PIB a partir de 2004, quando era de 30,6% e salta para 34,6% em 2014. Esse crescimento foi generalizado para quase todas as regiões: na região Norte, a participação dos salários e benefícios passou de 46,6%, em 2010, para 50,0%, em 2014; Nordeste, de 51,9% para 53,7%; Sudeste, de 48,7% para 50,1%; Sul, de 46,9% para 49,2%; Centro-Oeste, queda de 51,5% para 51,1%.

Entre as mudanças mais gerais observadas no mercado de trabalho pós-2003, que foram importantes para a redução das desigualdades sociais no país, estão a queda do desemprego (e a redução da taxa de desocupação), aumento da formalização da força de trabalho, crescimento da renda do trabalho e de sua participação na demanda agregada e crescimento real do salário mínimo. Esse último tem relevância regional porque é referência para o pagamento dos benefícios da Previdência e os de prestação continuada. Seu crescimento real gerou impactos positivos para áreas rurais que apresentam altas taxas de pobreza ou regiões como o semiárido brasileiro, marcada por baixos indicadores sociais. Arrais (2017), por exemplo, é bastante objetivo em relação a isso:

em 20 municípios, a participação do valor total dos benefícios rurais no produto interno bruto municipal esteve entre 40,61% e 56,69%; em 72 municípios, a proporção esteve entre 30,08% e 40,24%; em 334 municípios, a proporção esteve entre 20,06% e 29,97%; e em 777 municípios, entre 10% e 19,99%, no ano de 2013 (p. 28).

O quadro se complementa com a observação de alguns indicadores sobre o mercado de trabalho. A taxa de participação, apontada na tabela 8, apresentou comportamento crescente até 2005, quando começa a cair, de maneira sistemática, embora com comportamentos regionais distintos.

TABELA 8
Taxa de participação – Brasil e regiões (2001-2015)
(Em %)

Brasil e regiões	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	60,5	61,3	61,4	62,0	62,9	62,4	62,0	62,0	62,1	60,0	59,9	59,7	61,0	59,4
Norte	56,9	58,7	59,8	62,4	62,9	61,3	60,5	60,3	61,0	59,5	59,5	58,1	59,7	57,0
Nordeste	59,0	59,8	60,1	60,8	61,8	60,7	60,1	60,1	59,6	56,6	56,5	56,6	58,2	55,4
Sudeste	59,8	60,6	60,6	60,9	62,1	62,2	61,7	62,0	62,3	60,6	60,5	60,4	61,5	60,9
Sul	65,4	66,1	66,4	66,6	66,4	66,5	66,2	65,1	65,5	63,6	63,3	63,6	64,0	62,5
Centro-Oeste	62,9	62,9	62,2	63,8	64,3	63,1	64,3	64,5	65,0	62,7	62,6	61,8	63,5	62,1

Fonte: IBGE (2016c).

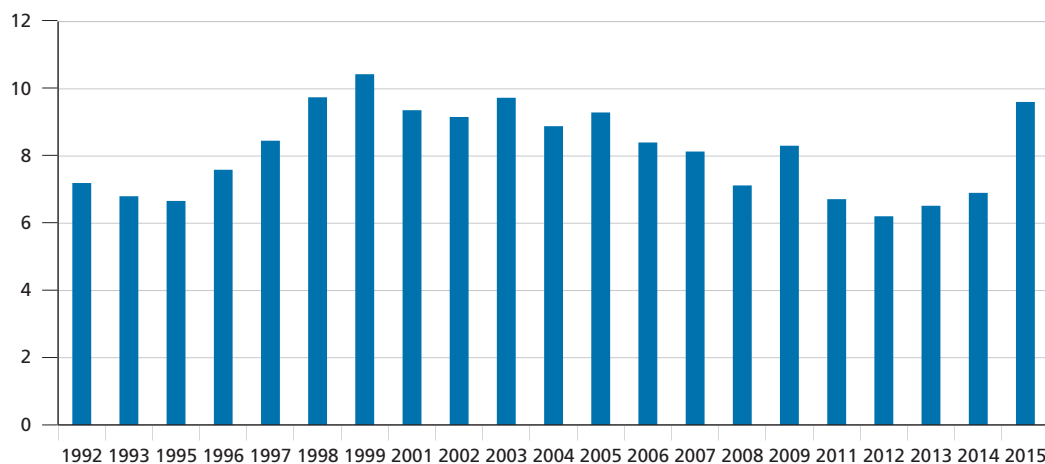
De acordo com Baltar, Souen e Campos (2018), as ocupações no Brasil cresceram de forma a acompanhar o ritmo da atividade econômica. Segundo esses autores, o PIB por pessoa ocupada não teve desempenho atípico, razão pela qual atribuem a queda no desemprego pela redução da taxa de participação, nesse período. Ou seja,

a população ocupada (PO) aumentou em ritmo análogo ao da população com idade para trabalhar, mantendo-se a taxa de ocupação da população com idade ativa (PIA). A taxa de desemprego (relação entre o número de desempregados D e a PEA), entretanto, apresentou significativa redução. Como a taxa de ocupação da PIA (relação entre PO e PIA) pouco se modificou, toda a diminuição da taxa de desemprego pode ser atribuída à redução na taxa de participação (relação entre PEA e PIA) (Baltar, Souen e Campos, 2018, p. 2).

Entre 2001 e 2013, a taxa de desocupação (ou desemprego) no país apresentou comportamento declinante, embora a partir de 2014 observe-se retomada de seu crescimento. No gráfico 2, percebe-se a reversão da tendência ascendente da segunda metade da década de 1990. Importante destacar que esse comportamento foi generalizado para todas as cinco macrorregiões, mas com especificidades. As maiores quedas nessas taxas ocorreram no Sudeste e no Sul entre 2001 e 2013. O Nordeste apresentou redução do desemprego, mas a um ritmo menor que o do país. Até 2007, sua taxa de desemprego estava abaixo da média brasileira e, nos anos seguintes, ela fica acima da média nacional.

Mas foram nas regiões metropolitanas (RMs) que a taxa de desemprego decresceu em maiores proporções, sobretudo as localizadas no Sudeste e Sul do país. No entanto, todas as RMs apresentaram taxas de desocupação acima da média nacional em 2013, com exceções de Curitiba e Porto Alegre. A maior redução do desemprego nas RMs indica que, mesmo com o menor ritmo de crescimento dos seus PIBs, em períodos de crescimento, seu mercado de trabalho responde mais rapidamente.

GRÁFICO 2
Taxa de desemprego – Brasil (1992-2015)
(Em %)



Fonte: IBGE (2016c).

A redução na desocupação foi acompanhada por uma melhoria na condição ocupacional. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), a participação da força de trabalho com carteira assinada no Brasil passou de 29,3% do total das pessoas ocupadas com mais de 10 anos de idade em 2002 para 39,8% em 2013. Ao longo de todo esse período, sua participação foi crescente, porém, em 2014 (com 39,1%) e em 2015 (38,6%), observa-se seu declínio, reflexo da crise econômica.

Esse movimento foi generalizado para todo o país. As regiões Norte e Nordeste continuaram com a menor participação dos trabalhadores nessa categoria. Na primeira, o peso dos trabalhadores com carteira assinada no total das ocupações passou de 17,6% em 2004 para 24,7% em 2013. No Nordeste, esses números foram de 16,4% (2002) e 26,0% (2013). Seus níveis, nesses dois anos, estiveram bem abaixo das participações do Sudeste (37,5% e 48,4%, respectivamente); Sul (33,0% e 45,5%) e Centro-Oeste (27,7% e 41,0%). Em todas elas, as participações apresentaram quedas em 2014 e 2015, com exceções do Norte e Nordeste que ainda apresentaram ligeira ampliação em 2014.

A queda da participação dos trabalhadores sem remuneração no total foi significativa, sobretudo no Nordeste, que declinou de 13,4%, em 2002, para 3,6% em 2013. Ali, mais de 2 milhões de trabalhadores saíram da condição de não remunerados entre esses dois anos assinalados. Mas este movimento ocorreu generalizadamente em todas as regiões: no Norte, passou de 11,5%¹⁰ para 5,7%; no Sudeste, de 3,3% para 1,2%; no Sul, de 9,7% para 3,2%; e no Centro-Oeste, de 4,6% para 1,3%.¹¹ Apesar dessa evolução, as regiões Norte e Nordeste possuíam 55,4% do total os trabalhadores sem remuneração do país em 2013 (em 2004 esse valor era de 60,5%).

TABELA 9
Pessoas com 10 anos de idade ou mais, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação do trabalho principal – Brasil (2002-2015)
(Em %)

Posição na ocupação do trabalho principal	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Com carteira de trabalho assinada	29,3	29,9	30,3	30,9	31,6	33,1	34,5	34,9	38,8	39,2	39,8	39,1	38,6
Militares e funcionários públicos estatutários	6,4	6,6	6,6	6,3	6,6	6,8	6,9	7,1	7,1	7,3	7,4	7,2	7,7
Outros sem carteira de trabalho assinada	18,5	17,9	18,3	17,8	17,7	17,3	17,2	16,5	15,0	15,1	14,7	14,7	14,1

(Continua)

10. No Norte, esses dados estão referenciados para 2004 e 2013.

11. Dados referentes a 2002 e 2013, menos para o Norte que se referem a 2004 e 2013.

(Continuação)

Posição na ocupação do trabalho principal	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Trabalhador doméstico	7,7	7,7	7,6	7,6	7,6	7,4	7,2	7,8	7,1	6,8	6,7	6,5	6,6
Empregador	4,2	4,2	4,1	4,2	4,4	3,7	4,5	4,3	3,4	3,8	3,7	3,7	3,7
conta própria	22,3	22,4	22,0	21,6	21,2	21,2	20,2	20,5	21,0	20,7	20,6	21,3	22,9
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	4,0	4,2	4,0	4,5	4,6	4,3	4,4	4,1	4,0	3,9	4,4	4,5	3,9
Não remunerado	7,4	7,1	7,0	6,9	6,1	5,9	5,0	4,7	3,4	3,0	2,5	2,9	2,4

Fonte: IBGE (2016c).

O conjunto desses fatores foi importante para que o ritmo de crescimento do emprego formal tenha ocorrido acima do ritmo de crescimento da população economicamente ativa (PEA). Também foi relevante o processo de transição demográfica por reduzir as condições de oferta, contribuindo para a redução da taxa de desemprego, segundo Saboia (2014).

3 CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DA CONDIÇÃO DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO NO PERÍODO 2000-2010

A partir desta seção, investiga-se como os indicadores selecionados do mercado de trabalho se manifestaram sobre os diferentes espaços do território brasileiro. A análise mostrará a evolução e os destaques que ocorreram no mercado de trabalho no âmbito das MRGs brasileiras, por meio do detalhamento de indicadores específicos sobre o tema.

Vale lembrar que a distribuição irregular sobre o território dos resultados verificados por esses indicadores reflete tanto os aspectos demográficos e a distribuição espacial da população, quanto os aspectos da *questão regional*, cujo quadro de diversidade e desequilíbrios espaciais também se manifesta no problema da geração de emprego. Por isso, torna-se necessário verificar o comportamento da condição de atividade econômica da população em um nível mais detalhado das áreas de observação, de modo que se possa extrair explicações mais precisas acerca da evolução regional e setorial do emprego.

Nesta seção, busca-se avaliar os aspectos da condição de atividade e da condição de ocupação da população segundo as MRGs, com base nos dados dos Censos

Demográficos. Para tanto, utilizam-se os principais indicadores sobre trabalho e rendimento das pessoas com *10 ou mais anos de idade*,¹² cujo nível de desagregação geográfica só é possível com os dados censitários. Trata-se, portanto, de verificar a disponibilidade de recursos humanos para serem aproveitados em atividades produtivas e as suas condições de utilização.

De maneira prévia à própria análise do problema em nível microrregional, aconselha-se uma visão global e sintética das informações no nível nacional. Isso porque, agora, trabalha-se com uma base de dados diferente da realizada em outras seções deste texto.

Na tabela 10, a análise para o caso brasileiro indica que o número de pessoas ocupadas na semana de referência, entre 2000 e 2010, cresceu a um ritmo de 2,8% a.a., bem acima do crescimento da PIA (1,7% a.a.). Como resultado, verificou-se elevação da taxa de ocupação, de 47,9% para 53,3%, e uma queda de quase 40% no número de pessoas desocupadas. Pode-se dizer, portanto, que a elevação do ritmo de crescimento da economia nacional, no período, resultou em ampliação das oportunidades de trabalho em ritmo bem mais acelerado do que o crescimento da população em idade para trabalhar.

TABELA 10
Condição de atividade da população com 10 anos de idade ou mais – Brasil (2000 e 2010)

	2000	2010
PIA	136.908.699	161.979.057
População ocupada	65.628.742	86.352.169
Pessoas desocupadas	11.837.568	7.150.797
PEA	77.466.310	93.502.966
Taxa de participação	56,6	57,7
Taxa de desocupação	15,3	7,6
Taxa de ocupação	47,9	53,3

Fonte: IBGE (2000; 2011).

12. Na literatura internacional sobre o mercado de trabalho, a PIA abrange a população compreendida entre 15 e 65 anos de idade, o que se relaciona com a estrutura de países desenvolvidos. Em países subdesenvolvidos, essa definição não engloba toda a realidade de seus mercados de trabalho (por exemplo: a existência de trabalho infantil). Nos Censos Demográficos, o IBGE trabalha com a *população de 10 ou mais anos de idade*, sem limite superior de idade, conforme demonstrado por Jannuzzi (2009). Neste trabalho, optou-se por adotar a classificação utilizada nos censos, permitindo a comparação com os dados oficiais.

Esse elevado ritmo de ampliação da população ocupada foi muito satisfatório, uma vez que contribuiu para a queda da taxa de desemprego no país, nos anos 2000. A proporção do número de pessoas desocupadas em relação à PEA caiu de 15,3% para 7,6%. Com efeito, houve aumento da taxa de participação, decorrente do crescimento da PEA a um ritmo anual de 0,2 p.p. a mais do que a PIA, de modo que a queda do desemprego, neste caso, só pode ser explicada pelo alto crescimento das oportunidades de trabalho. Segue, agora, a análise regionalizada desses indicadores.

3.1 População em idade ativa, população economicamente ativa e taxa de participação

A distribuição espacial da PIA e da PEA reflete o padrão de ocupação do território. A MRG São Paulo-SP concentrava pouco mais de 12 milhões de pessoas com *10 anos de idade ou mais* no país e 7,4 milhões dos membros da força de trabalho, em 2010. A MRG Rio de Janeiro-RJ vem em seguida, com 10,1 milhões de membros da PIA e 5,7 milhões da PEA. As maiores concentrações são as áreas mais urbanizadas e onde estão as metrópoles deste país. O agregado com as MRGs das treze principais aglomerações urbanas¹³ correspondia a 31,1% da PIA e 32,3% da PEA, em 2010, ou seja, um terço da força de trabalho nacional.

Destaca-se, ainda, o número de MRG do estado de São Paulo entre as maiores concentrações da PIA e da PEA. Além da MRG São Paulo, aparecem Campinas, Osasco, Santos, São José dos Campos, Sorocaba, Guarulhos, Mogi das Cruzes e Ribeirão Preto figurando entre as MRGs com as maiores concentrações. Juntas, elas configuram uma enorme mancha de concentração demográfica e urbana, onde se situa grande parte da atividade produtiva e das riquezas geradas no país, resultando num alto nível de rendimento por habitante.

13. Em ordem de importância na participação relativa da PIA, são elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Recife, Curitiba, Campinas, Brasília, Goiânia, Belém e Manaus.

Noutro aspecto, o Brasil demonstrou uma contínua elevação da proporção da PIA e da PEA urbanas em relação ao seu total, passando de 76,9% e 78,1%, em 1991, para 84,9% e 86,1%, em 2010, respectivamente, o que revela a continuidade do processo de urbanização brasileira. Esse aumento de 8 p.p., em ambos os casos, mostra que¹⁴ as cidades brasileiras vêm sofrendo cada vez mais pressão pelo seu papel de absorção da mão de obra disponível, ainda que o façam sob péssimas condições. Isso ocorre mesmo com o arrefecimento das taxas de urbanização e da migração campo-cidade das últimas décadas e a despeito de relativa melhora na qualidade de emprego verificada na primeira década do século XXI.

Entre as 557 microrregiões investigadas, a proporção da PEA urbana sobre a total se distribui de maneira mais ou menos homogênea, podendo variar entre 25,5% na MRG do nordeste de Roraima-RR a 99,9% na MRG de Osasco-SP. Os menores níveis de participação da PEA urbana manifestam-se na região semiárida dos estados do Nordeste e norte de Minas Gerais, além de boa parte do estado do Maranhão e dos estados da região Norte (mapa 3). Nota-se, contudo, a ocorrência da alta proporção da PEA rural em diversas MRGs da região Sul do país, onde predomina a atividade agrícola.

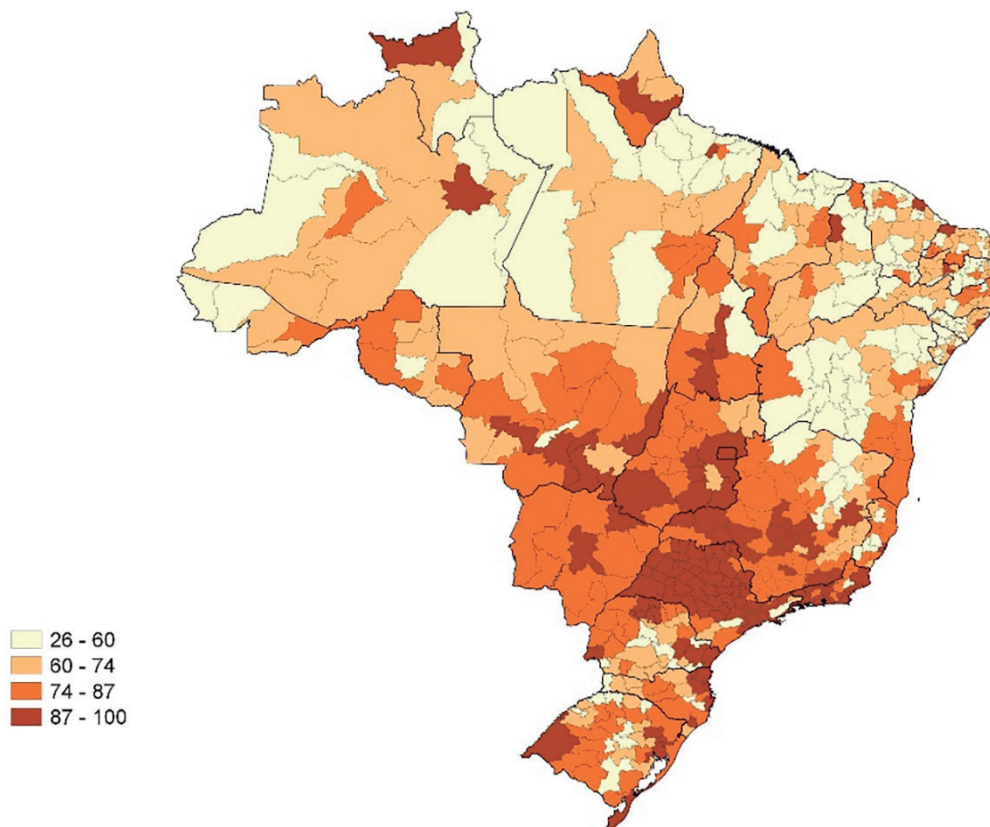
No outro extremo, as MRGs com maior proporção da força de trabalho urbana concentram-se no estado de São Paulo e em outras áreas das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, onde se verifica maior adensamento econômico. Nas regiões Norte e Nordeste, o fenômeno só é visível nas RMs e demais capitais estaduais.

14. Deve-se notar, contudo, que o período de maior expansão da PIA e da PEA urbanas em relação à total, foi na década de 1990, com aumento de 6 p.p. nos dois indicadores.

MAPA 3

Proporção da PEA urbana sobre a PEA total entre as microrregiões – Brasil (2010)

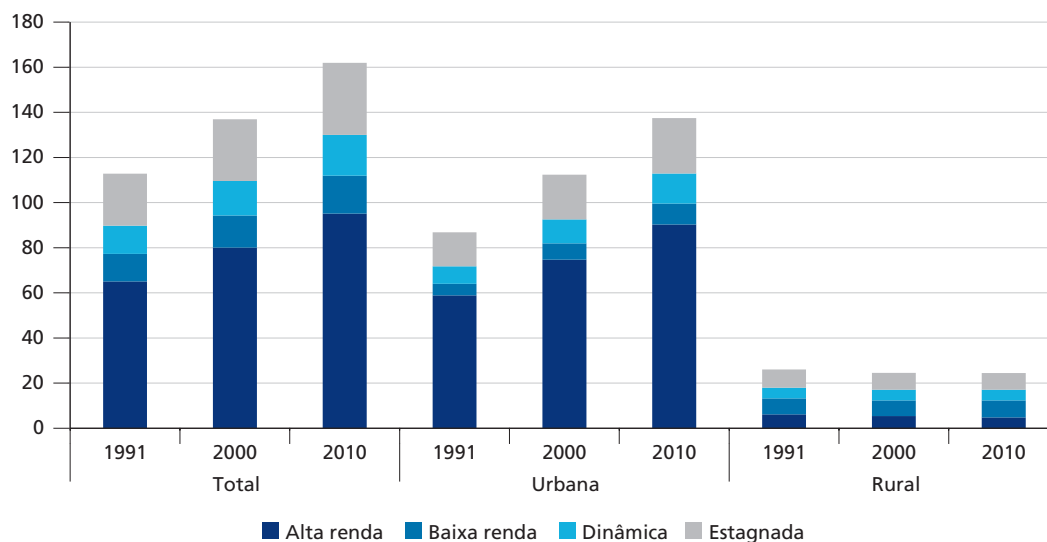
(Em %)



Fonte: IBGE (2011).

Em decorrência do predomínio da força de trabalho urbana, a análise por tipologia da PNDR (gráficos 3 e 4) demonstra que as MRGs de alta renda concentram a maior parte da mão de obra brasileira. Esse grupo detinha 58,7% do total da PIA, em 2010 – aumento de 1 p.p., em relação a 1991 – e concentra 61,6% do total da PEA, naquele ano. Tal valor reflete a concentração demográfica e econômica que ocorre junto às MRGs desse grupo, onde também se encontram as áreas mais urbanizadas e os principais centros urbanos do país.

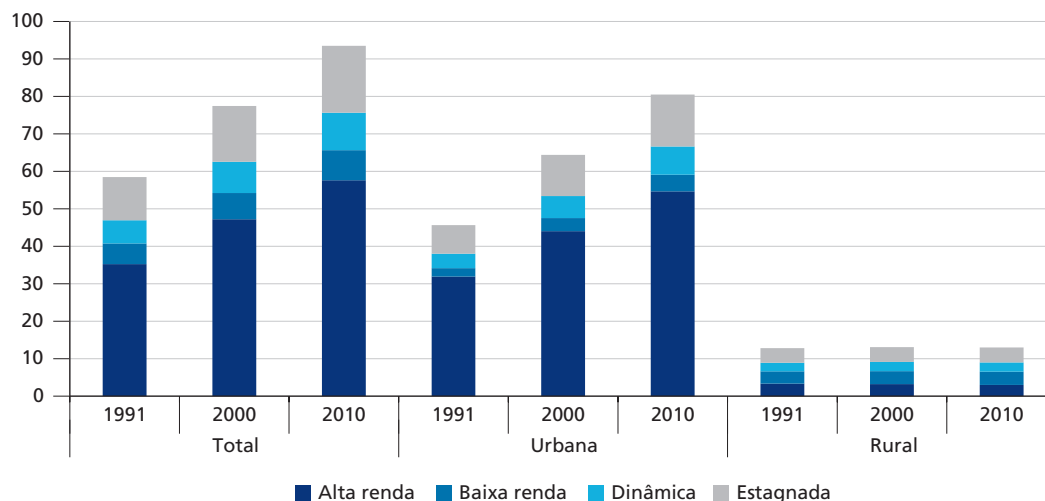
GRÁFICO 3
Participação na PIA, total e por local de moradia, segundo a tipologia da PNDR
(Em %)



Fonte: IBGE (1992; 2000; 2011).

Em seguida, as MRGs estagnadas respondiam por 19,7% e 19,1% da PIA e da PEA, respectivamente, com leve redução em relação ao início dos anos 1990. Trata-se, aqui, do grupo com o maior número de MRG e de maior extensão territorial. É composto por áreas de ocupação mais antiga e consolidadas, o que se reflete, também, no seu elevado contingente populacional e na proporção da força de trabalho.

GRÁFICO 4
Participação na PEA, total e por local de moradia, segundo a tipologia da PNDR
(Em %)



Fonte: IBGE (1992; 2000; 2011).

Por sua vez, a menor participação no tamanho da força de trabalho brasileira se dá nas MRGs dinâmicas e de baixa renda. Essas últimas contribuem com 10,4% da PIA e 8,6% da PEA do país, em 2010. As MRGs dinâmicas contribuem com apenas 11,1% da PIA e 9,7% da PEA, no mesmo período, valor que se mantém desde 1991. Deve-se destacar que as MRGs dinâmicas tiveram o maior ritmo de crescimento econômico da década passada (mais precisamente entre 2002 e 2014), sem que isso se refletisse num aumento de sua participação na oferta de força de trabalho. Era de se esperar que um provável crescimento do emprego em tais áreas, decorrente do seu maior dinamismo, implicaria migração da força de trabalho e, por consequência, um crescimento em sua participação na PIA e na PEA do país.

De qualquer modo, a análise de correlação não mostrou relação entre a taxa de crescimento do PIB *per capita* e as taxas de crescimento da PEA e da PIA. Logo, por esse caminho, não existem evidências para apontar um movimento de aumento da disponibilidade de força de trabalho decorrente do ritmo de crescimento econômico. Esperava-se um movimento em direção às áreas mais dinâmicas do país, em tese mais atrativas à força de trabalho, ou escapando das áreas estagnadas ou em declínio, que teriam influência inversa. Ou seja, o crescimento mais ou menos acelerado da oferta de mão de obra está correlacionado com o desempenho demográfico e não necessariamente com as taxas de crescimento econômico da região. Pelo menos, não no período recente.

O fato é que esse tipo de movimento requer análises de mais longo prazo, a tempo de se verificarem mudanças na estrutura da população e, por conseguinte, da força de trabalho. Os diferentes fatores que proporcionaram algum dinamismo econômico dessas regiões não tiveram duração suficiente para se verificar esse tipo de mudança. Em alguns casos, foram decorrentes de movimentos temporários (por exemplo: obras de infraestrutura), com ciclos curtos, cujos deslocamentos da força de trabalho ocorrem no período intercensitário. Basta lembrar que as grandes mudanças socioeconômicas que o país viveu, levando-o a tornar-se uma sociedade majoritariamente urbana, tiveram curso por pelo menos meio século (1930-1980), com fases de crescimento econômico bem mais intensas que as vividas nos últimos vinte ou trinta anos.

Em se tratando apenas da PIA e da PEA urbanas, a concentração no grupo das MRGs de alta renda é ainda maior, com 65,7% da PIA urbana e 67,9% da PEA urbana, em 2010. É marcante a perda de posição das MRGs de baixa renda. Isso é, embora respondessem por 10,4% da PIA total e 8,6% da PEA total, representavam apenas 6,7% e 5,5%, da PIA e da PEA urbana, respectivamente. Além desse ser o grupo com o menor grau de urbanização (Macedo e Porto, 2018), ali estão situados os municípios de mais baixa posição na hierarquia urbana brasileira, de onde participam pouco com a força de trabalho urbana no país.

Por seu turno, os diferenciais de crescimento mostram algo distinto do verificado com a participação relativa, conforme demonstrado na tabela 11. As taxas de crescimento anual da PIA e da PEA total das MRGs de alta renda se deram em ritmo mais acelerado do que a média do país. Nada obstante, quando observadas sob o ponto de vista do local de moradia, nota-se que as taxas de crescimento da PIA e da PEA urbanas foram mais aceleradas nos demais grupos. Daí o aumento de participação desses grupos no total da mão de obra urbana do país, frente à queda do primeiro.

Esse diferencial de crescimento pode ter relação com as distintas bases de crescimento em cada grupo, sendo muito maior no grupo de alta renda. Também reflete o processo de urbanização nas áreas mais periféricas do país. Ou seja, a intensidade do crescimento da PIA e da PEA urbanas foi maior nas áreas com alguma margem para o crescimento urbano elevado.

TABELA 11
Taxa de crescimento anual da PIA e da PEA, total e por local de moradia, segundo a tipologia da PNDR (1991-2010)

Tipologia da PNDR	PIA total		PIA urbana		PIA rural	
	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010
Brasil	2,17	1,89	2,91	2,26	-0,66	-0,01
Alta renda	2,33	1,93	2,68	2,13	-1,50	-1,22
Baixa renda	1,72	1,86	3,89	2,78	-0,13	0,84
Dinâmica	2,26	1,86	3,55	2,59	-0,16	0,04
Estagnada	1,89	1,78	3,11	2,39	-0,80	-0,03
	PEA total		PEA urbana		PEA rural	
Brasil	3,18	2,11	3,90	2,51	0,22	-0,06
Alta renda	3,31	2,23	3,65	2,43	-0,43	-0,84
Baixa renda	2,60	1,54	5,01	2,69	0,63	0,25
Dinâmica	3,39	2,09	4,75	2,84	0,74	0,10
Estagnada	2,93	2,01	4,17	2,61	0,08	0,16

Fonte: IBGE (1992; 2000; 2011).

No que se refere à força de trabalho que vive no campo, verifica-se um claro equilíbrio entre os quatro grupos da tipologia da PNDR. Em 2010, 30,8% da PIA rural estava nas MRGs de baixa renda, seguida de perto pelas MRGs estagnadas (30,3%). Todavia, a posição inverte-se quando se observam os dados da PEA, com as MRGs estagnadas respondendo por 30,6% da PEA rural e as de baixa renda por 27,9%, o que revela uma menor taxa de participação da mão de obra rural nesse grupo. De acordo com os dados da tabela 11, isto ocorreu devido ao crescimento da PIA rural nesse grupo ter sido muito maior do que o crescimento da PEA. O grupo das MRGs de alta renda aparece em seguida, com 22,9%, revelando o oposto, isto é, uma maior utilização da mão de obra rural disponível.

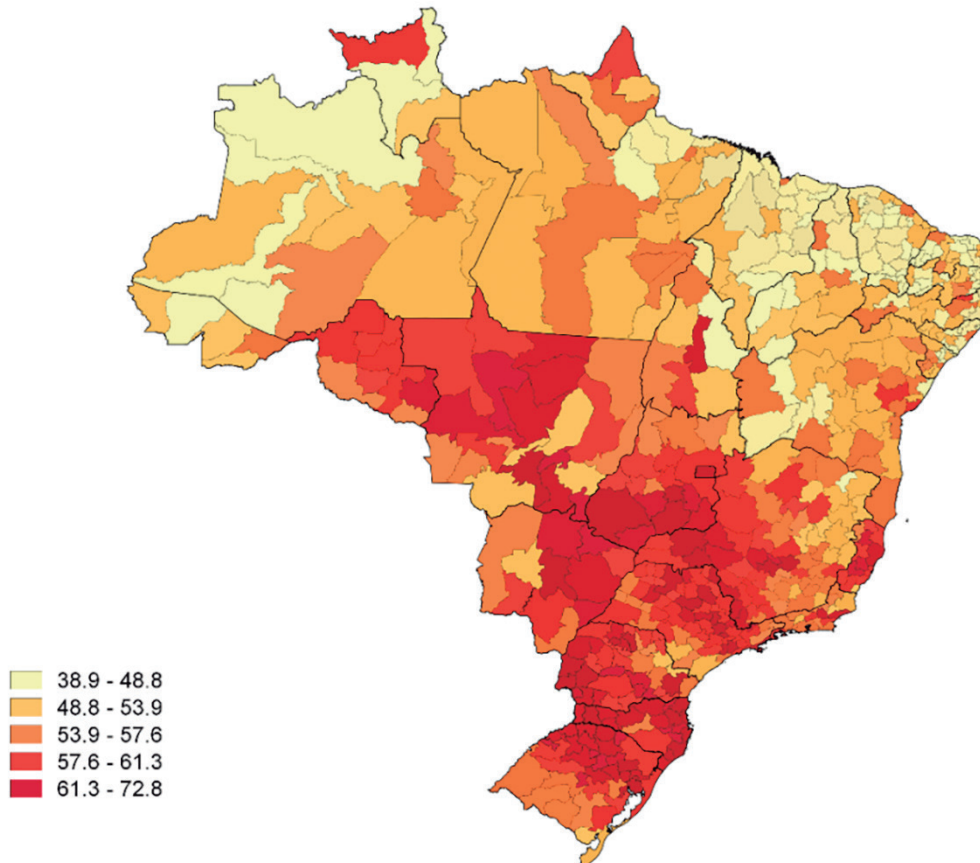
A análise anterior conduz a investigação da taxa de participação (ou de atividade), medida pela razão entre PEA e PIA, a partir de dados obtidos pelos censos demográficos. Esse indicador permite conhecer o nível de utilização da força de trabalho nas regiões. De acordo com Amitrano (2015), também permite conhecer as condições de oferta de trabalho, auxiliando a qualificação de alguns resultados encontrados sobre o mercado de trabalho, tal como o ritmo de crescimento da demanda por emprego em relação ao crescimento da oferta.

O aumento da taxa de participação no Brasil resultou numa queda da taxa de desocupação, visto que a população ocupada cresceu mais rapidamente. A análise regional revela que o Sul do país possui o maior nível de utilização das pessoas disponíveis ao mercado de trabalho (mapa 4). As maiores taxas de participação pertencem às MRGs dessa região, tais como Guaporé-RS (72,8%), Ituporanga-SC (72,7%) e São Miguel do Oeste-SC (71,9%). Entre as MRGs dos principais núcleos urbanos do país, destacam-se Goiânia (65,4%), Brasília (64,4%) e Curitiba (64,2%). São Paulo e Rio de Janeiro surgem com 61,4% e 56%, respectivamente.

MAPA 4

Taxa de participação na atividade econômica, segundo as microrregiões (2010)

(Em %)



Fonte: IBGE (2011).

As MRGs do interior do Nordeste apresentam as menores taxas de participação da força de trabalho, com boa parte apresentando redução entre 2000 e 2010. A MRG de Canindé-CE, por exemplo, cujo crescimento médio anual da PIA foi de 2,0% enquanto a PEA teve queda de -0,5% a.a., no período 2000-2010, apresentou a menor taxa de participação, com 38,9% do país. Esse crescimento mais acelerado da PIA em relação à PEA tem sido característico da região Nordeste e comum às MRGs que apresentaram baixa capacidade de utilização da população *potencialmente* apta para adentrar no mercado de trabalho.

O valor médio da taxa de participação entre as MRGs, em 2010, foi de 55,3%. Porém, a estatística descritiva para a variável revela um coeficiente de variação¹⁵ (CV) de apenas 12%, o que demonstra um grau de dispersão relativamente reduzido entre as MRGs, apesar das diferenças demonstradas no mapa 4. Isso mostra que, a despeito das desigualdades regionais, o nível de oferta da força de trabalho é mais ou menos homogêneo. Nesse caso, o maior grau de dispersão refere-se à utilização da mão de obra rural, cujo CV foi de 16%.

Isso não significa, contudo, que a força de trabalho seja utilizada de forma *adequada* nas MRGs ou que o padrão de utilização seja muito semelhante entre elas. Conforme discutido na literatura (Guimarães Neto, 1976; Dedecca, 2005), a estrutura do mercado de trabalho e o desenvolvimento das relações de trabalho tiveram diferentes impactos no âmbito das regiões brasileiras, se manifestando por distintas formas de *subutilização* da força de trabalho. Problemas típicos do subdesenvolvimento, tais como o *subemprego* e o *desemprego disfarçado* ou o trabalho *precário* e o *informal*, se agravam nas diferentes regiões do espaço nacional. Só um exame setorial mais detalhado pode revelar as reais condições de ocupação da força de trabalho ocupada em cada uma das regiões brasileiras.

Por sua vez, quando observado o CV por tipologia da PNDR, denota-se uma maior homogeneidade do grau de utilização da força de trabalho no interior de cada grupo. As MRGs dinâmicas foram as que apresentaram o maior CV (10%) – embora, ainda pequeno –, o que faz sentido por serem as que passam por nível mais intenso de transformações econômicas e, também, por sua disposição pelo território em diferentes áreas do país.

15. Esse coeficiente é medido pela divisão entre o desvio-padrão e a média da variável analisada.

Em média, as MRGs de alta renda possuem a maior taxa de participação, com 62% da PIA disponível como força de trabalho (tabela 12), em 2010. Trata-se, aqui, de áreas de ocupação bastante consolidadas, com maior grau de urbanização e onde estão as grandes metrópoles brasileiras, cujo elevado ritmo de expansão do emprego e da renda, a partir da segunda metade do século XX, serviu para absorver o excedente de mão de obra das diversas regiões do país. As MRGs de baixa renda, com média de 47% de taxa de participação, caracterizam um cenário bastante diferente. Na tipologia da PNDR, esse foi o único grupo que apresentou redução entre 2000 e 2010, conforme demonstrado na tabela 12.

TABELA 12

Taxa de participação no mercado de trabalho por tipologia da PNDR, total e segundo local de moradia (2000 e 2010)

	Total		Urbano		Rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Alta renda	59,7	62,0	59,6	61,7	57,8	60,8
Baixa renda	48,9	47,4	48,6	48,1	49,3	46,5
Dinâmica	53,5	54,5	54,2	55,3	51,9	52,4
Estagnada	54,9	56,0	55,2	56,4	52,9	54,4

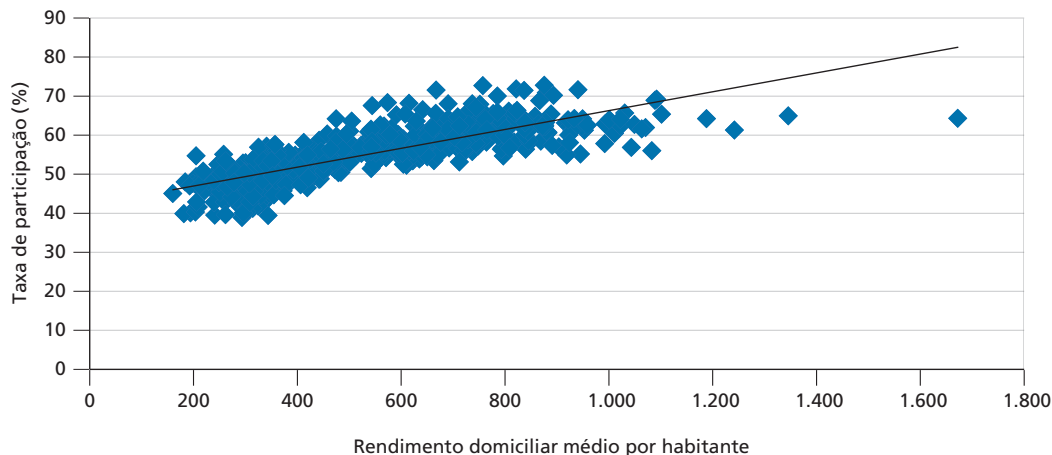
Fonte: IBGE (2000; 2011).

O comportamento observado entre as MRGs coaduna com os valores encontrados na literatura recente para o caso do Brasil. Ou seja, houve uma relativa elevação da taxa de participação brasileira, a partir de meados da década de 1990. Os principais fatores desse movimento deveram-se ao aumento da proporção de mulheres na força de trabalho, à redução da participação de jovens entre 10 e 14 anos de idade, que estão em fase de escolarização, e ao aumento relativo da população entre 35 e 49 anos (Amitrano, 2015). Não obstante, houve queda entre as MRGs de baixa renda, que apresentam os menores níveis de participação da força de trabalho.

Noutra perspectiva, a análise também indica que a taxa de participação tem forte correlação positiva com a variável de rendimento por habitante (grau de correlação de 0,80). Isso sugere que o maior grau de utilização da força de trabalho implica maiores níveis de rendimento por habitante (gráfico 5). Essa relação é semelhante à relação positiva entre emprego formal e salários reais, observada por Amitrano (2015), para o caso do Brasil.

GRÁFICO 5

Dispersão entre taxa de participação e renda domiciliar média por habitante, segundo as microrregiões (2010)



Fonte: IBGE (2011).

3.2 População ocupada

Tal como nos casos da PIA e da PEA, a distribuição do contingente de PO acompanha as cifras concernentes ao tamanho da população e como esta se distribui pelo território. Desse modo, entende-se que a observação das taxas de crescimento da PO pode revelar informações mais relevantes sobre o comportamento do mercado de trabalho no período. Considera-se que a elevação da população ocupada corresponde a um crescimento da demanda por mão de obra. Essa informação, aliada a outros indicadores, demonstra o grau de dinamismo e capacidade de geração de emprego entre as microrregiões.

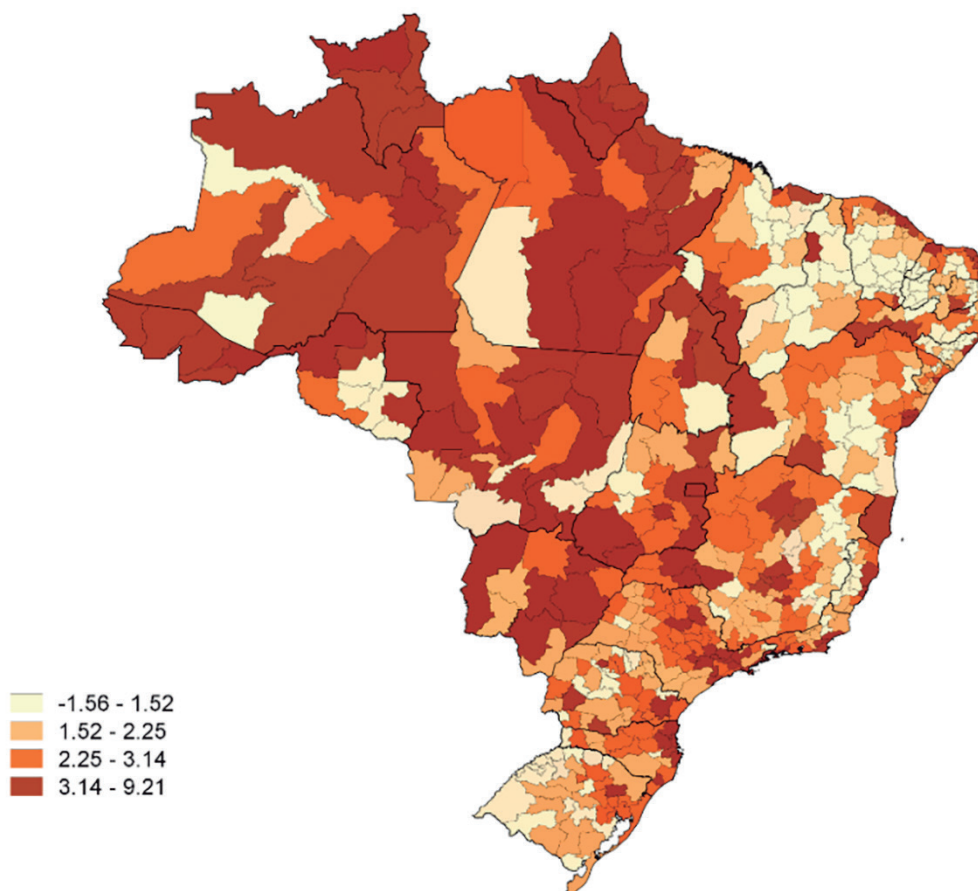
Entre 2000 e 2010, a população ocupada cresceu mais aceleradamente nas MRGs Bacia de São João-RJ, São Félix do Xingu-PA e Alto Teles Pires-MT. A primeira se beneficiou do crescimento dos *royalties* do petróleo e as duas outras do crescimento do agronegócio. Verificou-se um conjunto de 24 MRGs que tiveram elevação da PO a um ritmo maior que 5% a.a., sendo a maior parte situada nas regiões Norte e Centro-Oeste. Apenas três casos estavam situados no Nordeste (Pacajus-CE, Barreiras-BA e Suape-PE) e somente um figurava com a presença de capital estadual, Macapá-AP. Nesse grupo de alto crescimento, o maior contingente da PO estava na MRG entorno de Brasília-GO, com 470 mil pessoas, e o menor estava na MRG Amapá-AP (7,9 mil). Verificou-se dinamismo atrelado ao agronegócio (Barreiras-BA e as MRGs do Centro-Oeste) e aos investimentos públicos (Suape-PE).

Conforme demonstrado no mapa 5, as unidades territoriais do Norte e Centro-Oeste apresentaram os melhores desempenhos, com as duas regiões respondendo por mais de 45% das MRGs com o maior nível de crescimento da PO, no período (áreas mais escuras do mapa). Todavia, as áreas pertencentes às capitais estaduais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de Florianópolis, Curitiba, Vitória e Belo Horizonte, também figuram nesse grupo. Logo, o efeito positivo não se prendeu apenas às áreas de expansão agrícola e mineral, onde a economia mais cresceu no período, mas também a áreas urbanas consolidadas.

MAPA 5

Taxa de crescimento da população ocupada, segundo as microrregiões (2000-2010)

(Em %)



Fonte: IBGE (2000; 2011).

Os melhores resultados do Nordeste concentraram-se nas áreas litorâneas, sobretudo, nas capitais e em áreas de maior investimento público e privado (por exemplo: Suape-PE), além de alguns núcleos do interior, como Barreiras-BA, Petrolina-PE e Alto Capibaribe-PE. Por sua vez, as áreas do extremo sul do país e do interior do Nordeste apresentaram as menores taxas de crescimento da PO.

Esse baixo desempenho das MRGs do semiárido nordestino revela um aspecto complicado e negligenciado dos efeitos das políticas públicas no período. Ou seja, tanto a PNDR quanto as políticas sociais de transferência de renda foram incapazes de elevar o ritmo de crescimento da geração de emprego nessa sub-região. Isso ocorreu apesar de estas últimas terem sido responsáveis pela melhora de diversos indicadores sociais e econômicos no período.

Existem diferentes formas de avaliar a PO e as características do mercado de trabalho. Aqui, optou-se por analisar os níveis de formalização do trabalho e as faixas de remuneração do trabalhador. No primeiro caso, consideraram-se a posição na ocupação e a categoria de emprego no trabalho principal das pessoas ocupadas. Para tanto, analisaram-se a proporção do número de pessoas ocupadas com algum tipo de emprego formal¹⁶ e a proporção do número de empregados com carteira assinada em relação ao total de empregados.

No segundo caso, investigou-se o rendimento médio das pessoas ocupadas no trabalho principal. Os indicadores escolhidos foram a proporção do número de trabalhadores com remuneração de até meio salário mínimo (SM) e do número de trabalhadores com remuneração igual ou superior a cinco SMs. Ambos em relação ao número total de pessoas ocupadas.

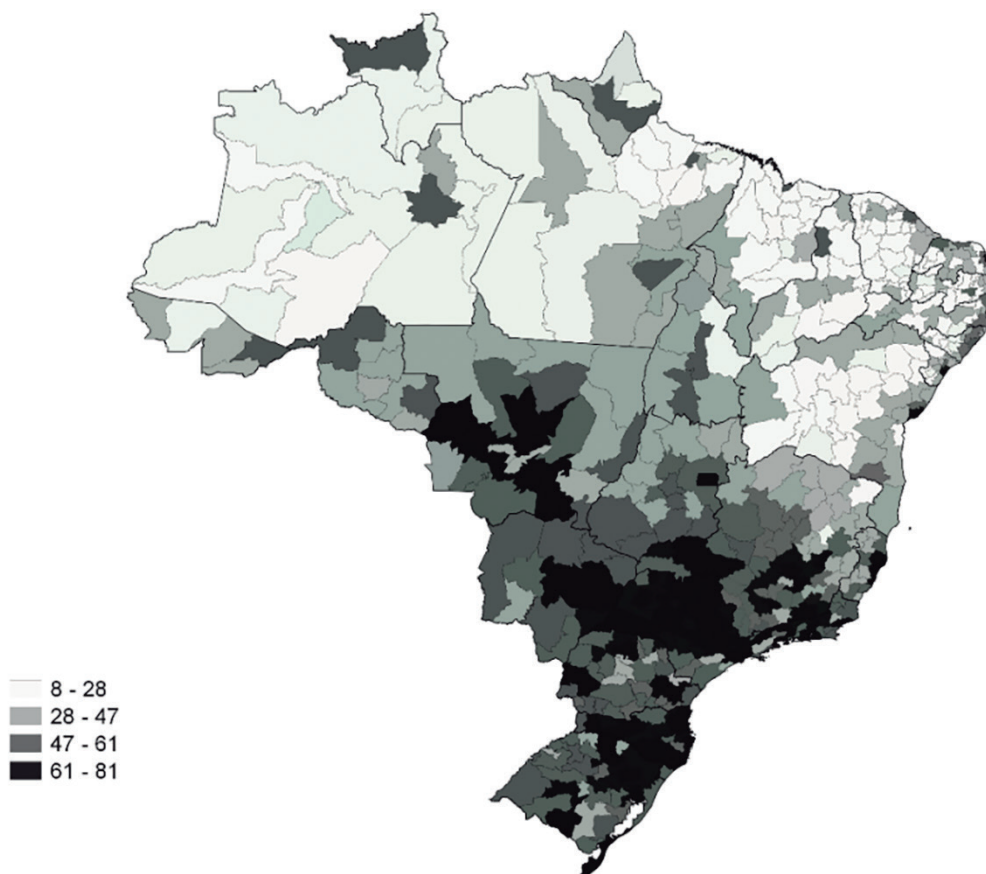
A análise por posição na ocupação revelou que, em média, as MRGs apresentam somente 45,3% das pessoas ocupadas com algum tipo de emprego formal. Todavia, o mapa 6 revela certa heterogeneidade entre as unidades investigadas, na qual as MRGs do Norte e Nordeste apresentam os menores indicadores, sendo que Japurá-AM aparece com

16. Nesse caso, considerou-se como emprego formal aquele que tivesse alguma contribuição à Previdência Social, situando-se entre as seguintes categorias: os trabalhadores com carteira assinada, os militares e funcionários públicos, empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição à Previdência.

apenas 7,9% de emprego formal, sucedida por Serrana do Sertão Alagoano-AL (12%). Os valores muito baixos apresentados pelas áreas dessas duas grandes regiões revelam a debilidade na estruturação do mercado de trabalho nas áreas mais pobres do país.

MAPA 6

Proporção da população ocupada com emprego formal, segundo as microrregiões (2010)
(Em %)

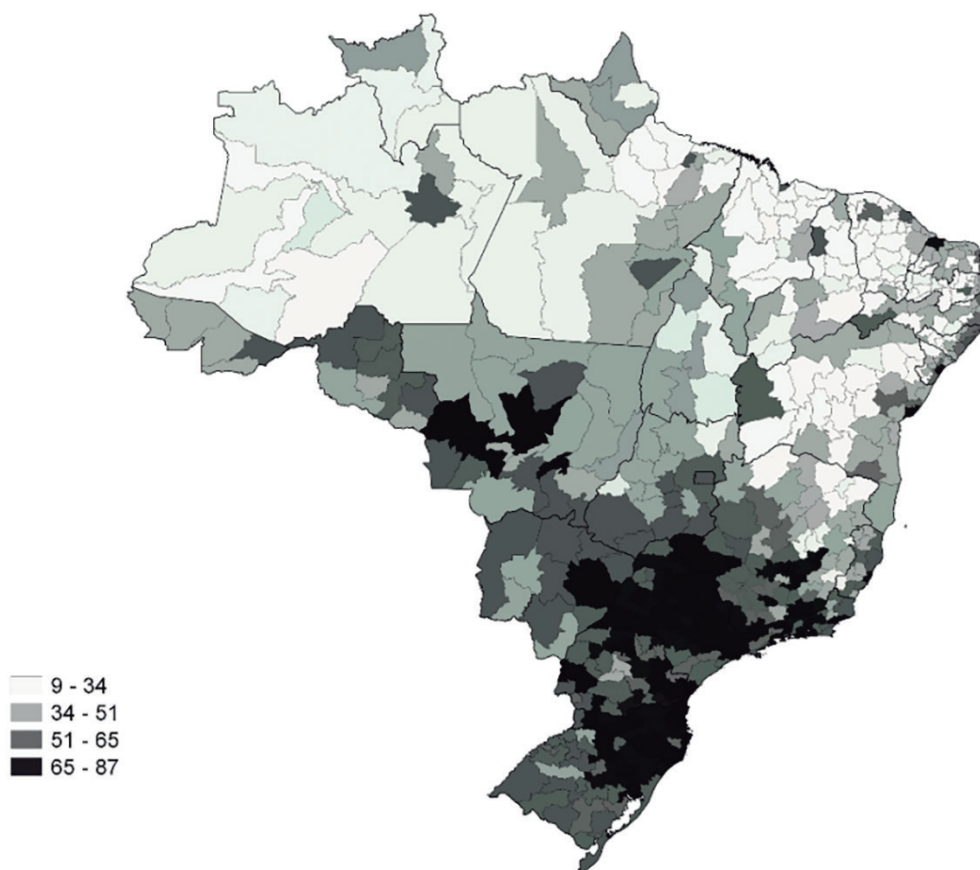


Fonte: IBGE (2011).

No outro extremo, as MRGs de Blumenau-SC e Joinville-SC apresentam os maiores índices de participação do emprego formal, com 80,1% e 77,7%, respectivamente. No geral, são as MRGs do Sudeste, Sul e parte do Centro-Oeste que reúnem os maiores indicadores, em 2010. A maior participação do emprego formal entre as pessoas ocupadas tem forte correlação positiva (0,88) com o rendimento médio por habitante, concentrando-se, sobretudo, nas áreas com maior grau de urbanização do país.

Desempenho bastante semelhante ocorre quando se observa o comportamento das MRGs segundo a proporção de empregados com carteira assinada em relação ao total de pessoas na condição de empregados no trabalho principal (mapa 7). O traço mais característico desses dois indicadores é a linha divisória que reparte o país em duas porções discrepantes, refletindo o quadro histórico das desigualdades regionais brasileiras. Sua manifestação mais percebida é a cisão que ocorre entre essas duas porções do território nacional. Uma porção mais ao sul, marcadamente mais rica e com melhores indicadores de desenvolvimento social. Outra porção ao norte que, a despeito de se constituir com áreas de ocupação mais antiga, não logrou alcançar os mesmos patamares de desenvolvimento encontrados na outra porção.

MAPA 7
Proporção das pessoas empregadas com carteira de trabalho assinada, segundo as microrregiões (2010)
(Em %)



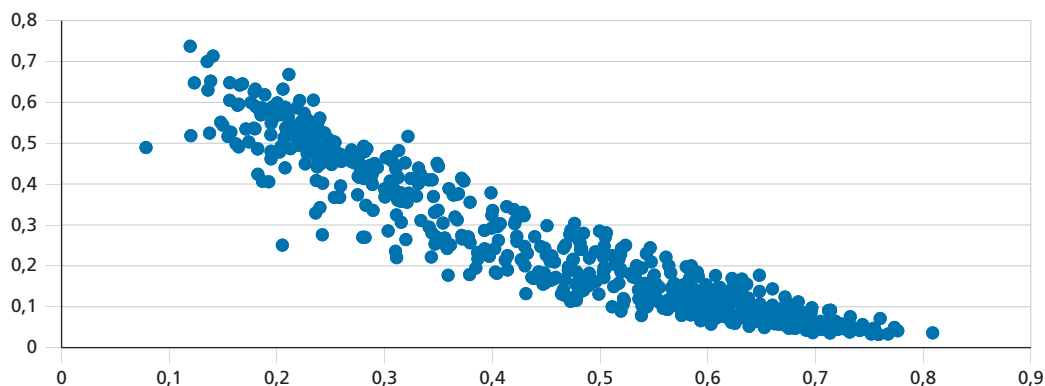
Fonte: IBGE (2011).

De igual modo, o sentido histórico em que se deu a ocupação do território brasileiro e o seu processo de desenvolvimento econômico do litoral para o interior traduz-se em outro aspecto geográfico dos indicadores sociais no Brasil. Ou seja, mesmo em sua porção menos desenvolvida, as áreas com os melhores indicadores de emprego formal e de carteira assinada situam-se no litoral, que costuma ser mais urbanizado e onde estão as metrópoles e várias das capitais estaduais.

Quanto à análise da posição das pessoas ocupadas segundo as faixas de rendimento no trabalho principal, verificou-se uma relação negativa entre a proporção do emprego formal e o percentual das pessoas com rendimento de até meio SM. Desse modo, quanto menor o índice de pessoas com emprego formal nas MRGs, maior a possibilidade de pessoas trabalhando com baixos rendimentos. O fenômeno consubstancia-se tanto na disposição do gráfico 6, como na contraposição entre os mapas 6 e 8.

GRÁFICO 6

Dispersão entre a proporção de emprego formal e de pessoas com rendimentos até meio salário mínimo, segundo as microrregiões (2010)

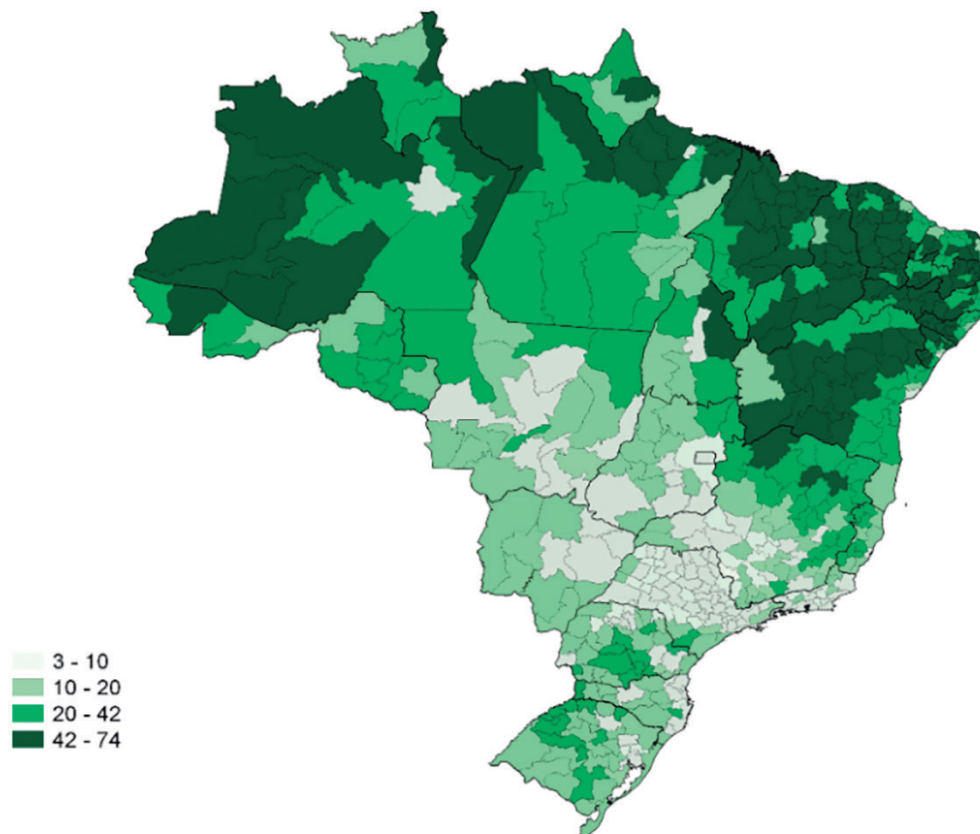


Fonte: IBGE (2011).

Dessa maneira, o mapa 8 revela o outro lado visível dos baixos níveis de formalização do trabalho que ocorrem nas regiões Norte e Nordeste, principalmente. Isso é, com exceção de três MRGs situadas na porção norte e menos desenvolvida do estado de Minas Gerais, pertencentes ao semiárido, todas as MRGs que figuram acima do terceiro quartil da distribuição de frequência estão situadas no Norte ou no Nordeste. Pelo exposto, as microrregiões com maior participação da população ocupada recebendo salários de até meio SM estavam situadas nas áreas menos desenvolvidas do país.

MAPA 8

Proporção da população ocupada com rendimento de até meio salário mínimo no trabalho principal, segundo as microrregiões (2010)
(Em %)



Fonte: IBGE (2011).

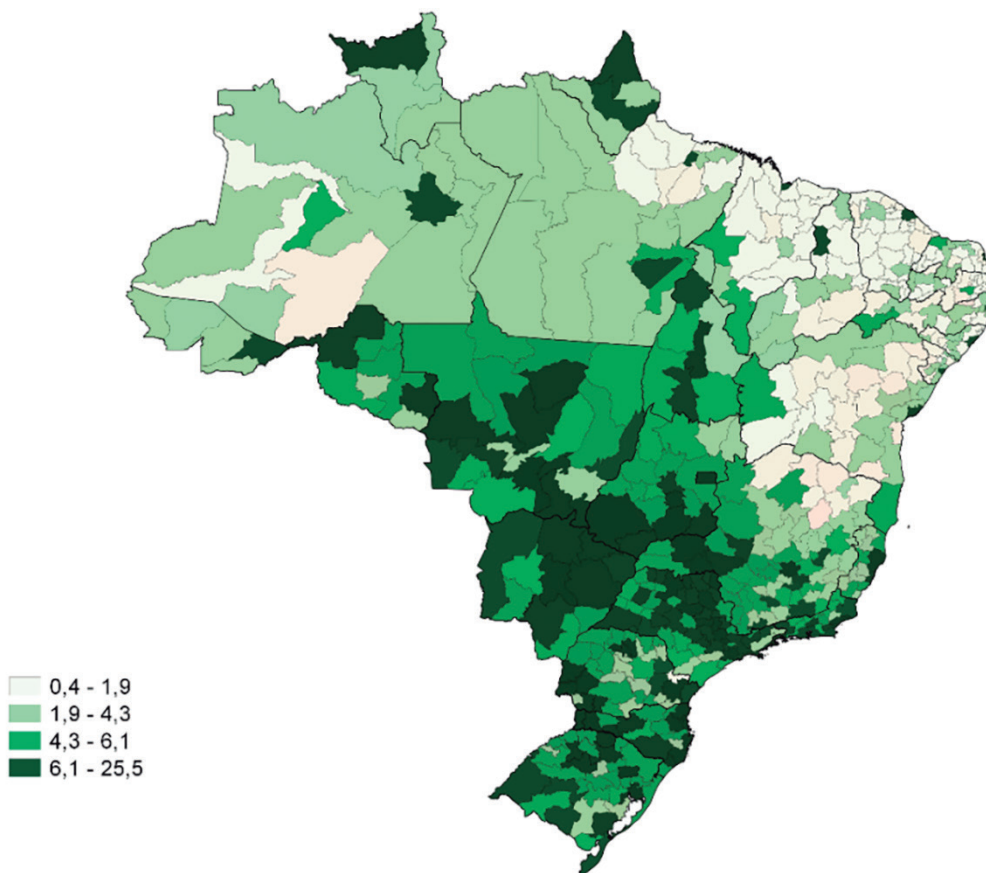
A média desse indicador entre as MRGs é de 26,1%. Contudo, com elevado CV, pode oscilar de um mínimo de 3,1% e 3,3% nas MRGs de Campinas-SP e de Jundiá-SP, respectivamente, até 73,7% em Serrana do Sertão Alagoano-AL, e 71,3% em Traipu-AL. O estado de São Paulo destaca-se por apresentar a quase totalidade de suas MRGs figurando entre os melhores indicadores (abaixo do primeiro quartil). Além desse estado, as MRGs que apresentam índice reduzido de participação de pessoas ocupadas com baixos salários, situam-se, principalmente, no estado do Rio de Janeiro e no sul de Minas Gerais. Nota-se, também, o bom desempenho de algumas áreas das regiões Sul e Centro-Oeste do país.

Por seu turno, a representação no mapa se inverte quando se observa a proporção do número de pessoas ocupadas que obtêm rendimentos iguais ou superiores a cinco SMs. O fenômeno passa a ser mais intenso nas regiões mais ao sul do país, conforme visualizado no mapa 9. Nesse caso, o indicador também acaba por revelar o quadro de heterogeneidade no nível das microrregiões e no interior de cada uma delas.

MAPA 9

Proporção da população ocupada com rendimento igual ou superior a 5 SMs no trabalho principal, segundo as microrregiões (2010)

(Em %)



Fonte: IBGE (2011).

3.3 Taxa de desocupação

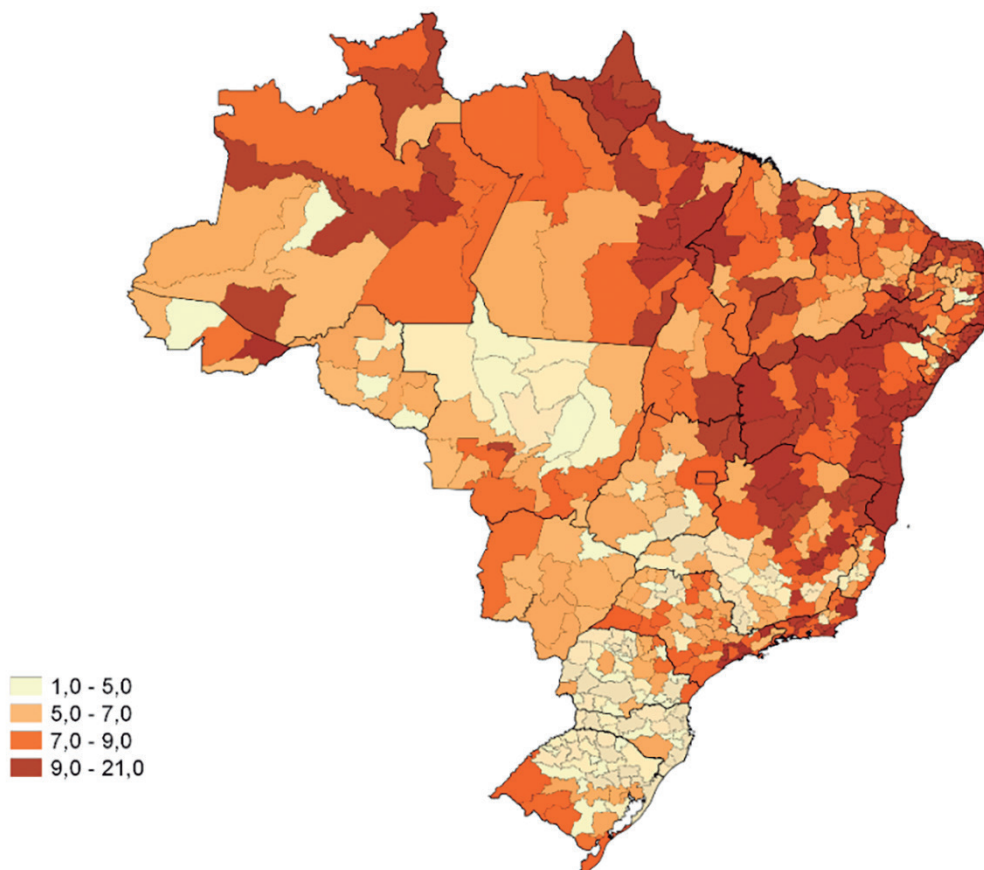
De acordo com Jannuzzi (2009), a taxa de desocupação normalmente é utilizada como um indicador da conjuntura macroeconômica. Para o setor público, tem a utilidade específica de permitir o acompanhamento da política econômica e na formulação de políticas de emprego e renda. Basicamente, esse indicador revela a proporção da PEA que pode ser prontamente absorvida em casos de crescimento econômico. Para a análise das MRGs, realizou-se o cálculo da taxa de desocupação com base nas informações dos Censos de 2000 e 2010, a partir da razão entre o número de *peessoas desocupadas*¹⁷ e a PEA.

No Brasil, entre 2000 e 2010, o número de desocupados reduziu em 4,7 milhões, uma queda de 4,9% a.a., refletindo os bons indicadores sobre o mercado de trabalho. Em 2010, o Censo Demográfico identificou um contingente de 7,1 milhões de desempregados espalhados pelo país. Porém, a análise descritiva revela uma grande heterogeneidade de sua distribuição pelo território (CV de 296%). A maior concentração estava na MRG São Paulo-SP (573 mil), composta pelo município de São Paulo e mais sete municípios da região do Grande ABC. Seguida pelas MRGs Rio de Janeiro-RJ (482 mil), Salvador-BA (250 mil), Recife-PE (207 mil) e pelas demais áreas metropolitanas. Com efeito, os maiores contingentes de desocupados se situavam nos principais centros urbanos do país.

17. Para tanto, considerou-se o número de *peessoas desocupadas* a partir da diferença entre o número de pessoas ocupadas e a população econômica ativa. Desse modo, o indicador é dado por: desocupados/PEA.

MAPA 10

Taxa de desocupação, segundo as microrregiões (2010)



Fonte: IBGE (2011).

As MRGs da região Sul do país destacam-se de forma positiva por figurarem no topo das maiores quedas percentuais da população desocupada em seus territórios. Todavia, individualmente, elas têm pouca representatividade no total de desocupados do país. O desempenho mais significativo é o da MRG de Curitiba-PR, com diminuição de 115 mil pessoas desempregadas, uma queda de 8,3% a.a., no período investigado.

No outro extremo, verificou-se aumento do número de desempregados em 52 MRGs, majoritariamente situadas no interior do Nordeste e em algumas áreas da região Norte. A MRG de São Félix do Xingu-PA apresentou o maior crescimento do número de pessoas desempregadas (6% a.a.). Isso mesmo situando-se entre as maio-

res taxas de crescimento da PO, resultado de alguns aspectos do seu dinamismo no período. Quer dizer, o aumento do número de desempregados foi compensado pelo crescimento e o bom desempenho do mercado de trabalho, refletindo-se numa queda de 2 p.p na taxa de desocupação.

De maneira geral, verificou-se entre as MRGs brasileiras resultado positivo para o período 2000-2010. A taxa de desocupação no Brasil passou de 15,3% para 7,6%, entre 2000 e 2010. A redução também é visível para o conjunto das MRGs. Apenas dezoito unidades territoriais, quase todas situadas no interior do Nordeste, pioraram o seu indicador no período analisado. A média das taxas entre as MRGs do país passou de 12,5% em 2000 para 7,1% em 2010.

Em 2010, as maiores taxas de desocupação estavam nas MRGs do Norte e Nordeste, com destaques para Baixo Cotinguiba-SE (20,6%), Catu-BA (17,2%), Itamaracá-PE (16,7%) e Suape-PE (16,2%). Essas unidades, no entanto, verificaram reduções significativas em seus indicadores. O caso de Suape-PE é emblemático, com queda de mais de 11 p.p. em relação ao ano 2000, quando apresentava taxa de desocupação de 27,8%. No outro extremo, são as MRGs do Sul e do Sudeste que apresentam os melhores resultados. Entre as menores taxas de desocupação encontradas, destacam-se as de Tabuleiro-SC (1,2%), Ituporanga-SC (1,3%) e Guaporé-RS (1,8%).

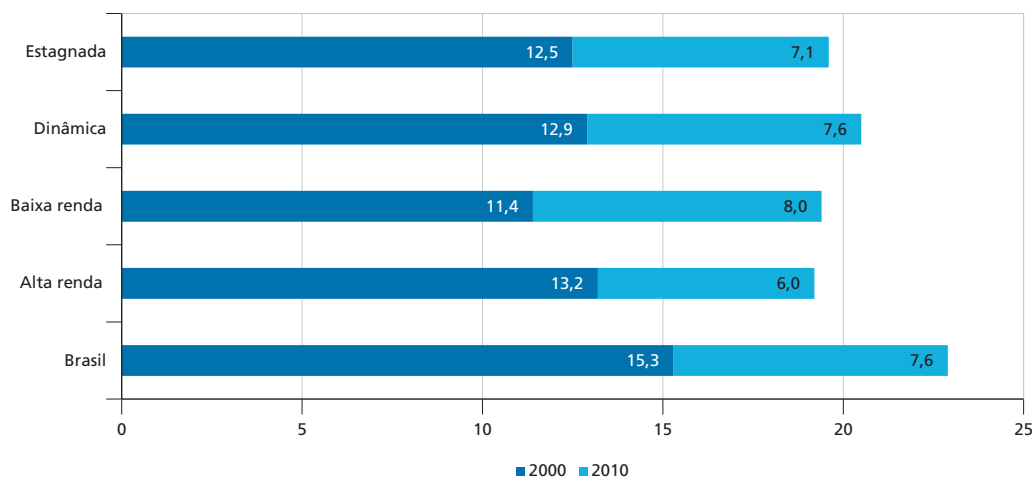
Expõe-se, portanto, o enorme desafio imposto às políticas públicas de emprego e de distribuição de renda diante do abismo apresentado entre os indicadores sociais do Norte e Nordeste e os das regiões mais desenvolvidas do país. O CV de 33% em 2000 e de 36% em 2010 revela algum grau de heterogeneidade desta variável entre as MRGs. Quando comparado o CV da taxa de desocupação com o da taxa de participação (seção 2), denota-se que a homogeneidade no grau de oferta da força de trabalho, medido por esta última, não se traduz numa equivalente capacidade de absorção da força de trabalho em alguma atividade produtiva pelo conjunto das MRGs.

A análise por tipologia da PNDR também revela que as MRGs de alta renda foram as que apresentaram melhor desempenho no período investigado. Em 2000, esse grupo apresentava a maior taxa de desocupação, com 13,2% (gráfico 7). Em 2010, com apenas 6%, o grupo passou a apresentar a menor taxa observada. Por sua vez, o CV desse grupo revela que, em 2010, ele era o grupo mais heterogêneo

entre os investigados, com taxas que variavam entre 1,3% de desocupados em Ituporanga-SC e 1,8% em Guaporé-RS, até 13,7% em Salvador-BA e 13,5% em Recife-PE. Deve-se ressaltar que as MRGs das capitais do Nordeste lideram o *ranking* das maiores taxas de desocupação nesse grupo, ocupando sete das dez primeiras posições, sendo as cinco primeiras todas de capitais nordestinas.

GRÁFICO 7

Evolução da taxa de desocupação por tipologia da PNDR – Brasil (2000 e 2010)



Fonte: IBGE (2000; 2011).

Desempenho diferente apresentou o grupo das MRGs de baixa renda. Embora todos os grupos da tipologia tenham apresentado queda do indicador, esse grupo teve o desempenho menos favorável. Apresentava a menor taxa de desocupação em 2000 (11,4%), chegando a 2010 com a maior taxa (8%). A seu turno, O CV revela que esse é o grupo mais homogêneo entre os investigados. A MRG de Serrana do Sertão Alagoano-AL apresentou a menor taxa de desocupação, em 2010, com 3,3% de desocupados, seguida por Meruoca-CE (3,8%). No outro extremo, São Miguel dos Campos-AL liderava o *ranking* nesse grupo, com 15,6% de desocupados. Em seguida, aparecem Mata Meridional Pernambucana-PE e Entre Rios-BA, com 15,1% e 13,1% de desocupados, respectivamente.

O grupo das MRGs dinâmicas passou de 12,9% de desocupados, em 2000, para 7,6%, em 2010, acompanhando o desempenho da economia brasileira. Com CV relativamente alto, as menores taxas de desocupação no ano de 2010 estavam em Cerro Largo-RS (2,7%),

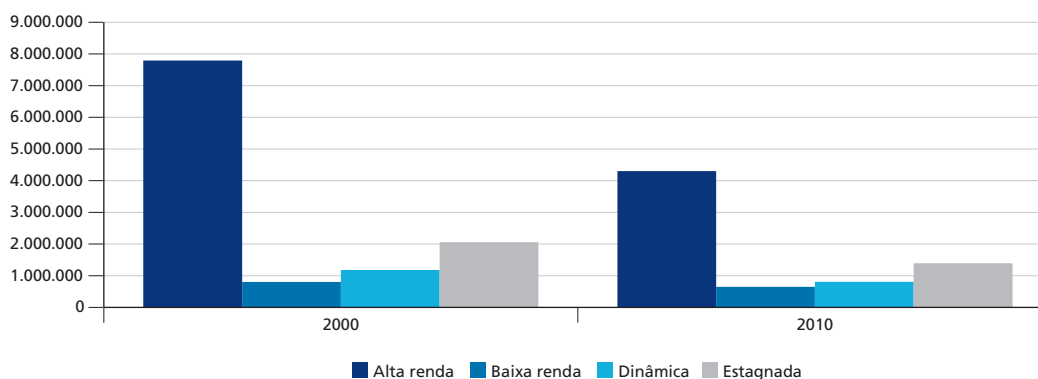
Frederico Westphalen-RS (2,8%) e Pitanga-PR (3,4%). Por seu turno, as maiores taxas estavam em Baixo Continguiaba-SE (20,6%), Suape-PE (16,2%) e Japurá-AM (16,1%). Porém, essas três MRGs reduziram bastante o seu indicador, quando comparados com o ano 2000, reflexo do seu ritmo de crescimento econômico.

O grupo de MRGs estagnadas também apresentou redução do indicador, passando de 12,5% para 7,1%, entre 2000 e 2010. Entre as microrregiões desse grupo, as que apresentaram os melhores resultados foram Tabuleiro-SC, Sananduva-RS e Santa Teresa-RS, com taxas que variam entre 1,2% na primeira e 2,2% na última. Por sua vez, as maiores taxas foram verificadas em Catu-BA (17,2%), Itamaracá-PE (16,7%) e Mata Setentrional Pernambucana-PE (13,5%), que também apresentaram redução importante em relação ao ano 2000. A MRG de Itamaracá, por exemplo, apresentou queda de mais de 10 p.p. na taxa de desocupados, entre 2000 e 2010.

Verificou-se queda no número total de desempregados em todos os grupos, no período 2000-2010 (gráfico 8). Em 2010, a maior concentração de desempregados estava no grupo de alta renda, com cerca de 4,3 milhões de pessoas. Esse foi o único grupo que reduziu sua participação no total de desempregados do país, em relação ao ano 2000, passando de 65,8% para 60,2%. Logo, ainda que os demais grupos tenham reduzido o número total de desempregados, todos verificaram aumento de participação relativa em relação ao total do país. Com 648 mil desempregados, em 2010, as MRGs de baixa renda passaram de 6,8% para 9,1% do total de desocupados. As MRGs dinâmicas passaram de 10% para 11,3%, com pouco mais de 800 mil desempregados. As MRGs estagnadas tiveram aumento de 2 p.p. em relação ao ano 2000, com 1,4 milhão de desempregados, em 2010, ou 19,5% do total.

GRÁFICO 8

Número de pessoas desocupadas por tipologia da PNDR (2000 e 2010)



Fonte: IBGE (2000; 2011).

4 A GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL NAS REGIÕES BRASILEIRAS, SEGUNDO DADOS DA RAIS NO PERÍODO 2002-2018

Nesta seção, realiza-se a análise sobre o desempenho do mercado de trabalho nos diferentes espaços do território brasileiro. Seu objetivo é discutir a dinâmica setorial do emprego formal no Brasil, no nível das MRGs, neste início de século XXI. Consideram-se, no entanto, as macrorregiões e a posição dos centros urbanos na hierarquia urbano-regional, definida pela Regic. Para tanto, utilizam-se os dados de emprego e salários da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério da Economia (ME). O levantamento centrou-se na análise do comportamento total e setorial nessas diferentes agregações territoriais.

4.1 Crescimento do emprego formal no período 2002-2014

Nos primeiros anos do século XXI, o emprego formal cresceu significativamente no país pelas razões antes indicadas. De acordo com os dados da Rais, o estoque de vínculos ativos formais saiu de 26,2 milhões, em 2000, para 49,6 milhões, em 2014. Esse movimento representou crescimento médio anual de 4,7%, ficando acima da variação do PIB, no mesmo período, que foi de 3,3% a.a. Os maiores percentuais foram verificados nas regiões Norte (6,9% a.a.), Nordeste (5,4% a.a.) e Centro-Oeste (5,3% a.a.). A região Sudeste teve o pior desempenho (4,1% a.a.), seguida pela região Sul (4,5% a.a.).

Além das ações diretas de estímulo à economia praticadas pelo Estado, Krein e Manzano (2014) apontam outros elementos importantes para a melhora dos indicadores de mercado de trabalho no período, no que se refere à sua maior formalização. Os autores destacam: o aprimoramento do aparato regulatório; a consolidação das instituições e do marco legal definido na Constituição de 1988; as novas perspectivas e programas das instituições públicas na área do trabalho; políticas de incentivo à formalização e simplificação promovidas pelo Estado; e ampliação do poder de barganha dos sindicatos e trabalhadores.

No pós-2003, o emprego formal cresceu a taxas mais elevadas do que o crescimento da economia brasileira e do próprio ritmo de geração de empregos, medido pela evolução do pessoal ocupado (PO). Isso ocorreu em todas as grandes regiões (tabela 13), o que foi a principal novidade no mercado de trabalho brasileiro. Neste sentido que Baltar, Souen e Campos (2018) e Baltar (2015) referem-se a um crescimento desproporcional do emprego formal até 2014.

O aumento mais acelerado dos vínculos formais *vis à vis* o aumento da PO representou um processo de melhora na qualidade do emprego. Em parte, também responde pela elevação da participação da renda do trabalho na demanda agregada, como foi dito na seção 2. Ademais, a maior formalização habilitou os trabalhadores a terem acesso mais fácil ao crédito e às linhas de financiamento do sistema bancário comercial.

TABELA 13
Taxas de crescimento médio anual do PIB, da população ocupada e do emprego formal, por macrorregião (2003-2014)
 (Em %)

Regiões	PIB	População ocupada	Empregos Rais
Norte	4,8	5,5	6,7
Nordeste	4,1	1,3	5,4
Sudeste	3,5	1,9	4,4
Sul	3,0	1,3	4,5
Centro-Oeste	4,7	2,7	5,4

Fontes: IBGE (2016c; 2020) e ME. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

É importante registrar que, enquanto o estoque de PO no Brasil aumentou em 18,7 milhões, entre 2003 e 2014, o do emprego formal cresceu num total de pouco mais de 20 milhões. Isso indica que o crescimento do número de trabalhadores formais não derivou apenas do desempenho econômico, mas também – e talvez principalmente – pelas razões apontadas por Krein e Manzano (2014).

Em termos regionais, o Sul e Nordeste apresentaram maior relação entre empregos formais gerados e novas pessoas ocupadas. A região Sul ampliou o número de PO em 2 milhões, enquanto o número de registros na Rais cresceu em 3,3 milhões. Para o Nordeste, os números foram de 3,3 milhões e 4 milhões, respectivamente. Por sua vez, a região Sudeste teve crescimento de 7,8 milhões (PO) e 9,4 milhões (vínculos ativos); e o Centro-Oeste teve crescimento aproximado das duas cifras, sendo 2 milhões de PO e 1,9 milhão de empregos registrados na Rais. Apenas a região Norte teve crescimento absoluto de empregos na Rais (1,4 milhão de novos vínculos) em ritmo menor do que o crescimento da PO (3,5 milhões).¹⁸

Essa maior formalização apresentou características espaciais desconcentradoras, conforme demonstrado na tabela 14. Verificou-se ampliação na participação relativa das regiões Norte (+1,2 p.p.), Nordeste (+2,6 p.p.) e Centro-Oeste (+0,7 p.p.) no total de estoque de empregos formais no Brasil. As demais regiões apresentaram perdas relativas, no período.

TABELA 14
Distribuição do emprego formal, segundo as macrorregiões – Brasil (2002-2014)
(Em %)

Regiões	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Norte	4,5	4,7	4,9	5,0	5,1	5,2	5,3	5,3	5,5	5,5	5,5	5,6	5,7
Nordeste	16,9	17,2	17,2	17,5	17,6	17,5	17,6	18,0	18,2	18,3	18,1	18,2	18,4
Sudeste	52,7	52,1	51,8	51,8	51,6	51,9	51,7	51,2	51,0	50,8	50,8	50,3	50,0
Sul	17,7	17,8	17,9	17,5	17,6	17,3	17,2	17,2	17,1	17,1	17,1	17,2	17,2
Centro-Oeste	8,1	8,2	8,3	8,3	8,2	8,1	8,2	8,3	8,2	8,3	8,4	8,7	8,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ME. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

18. Nada obstante, em termos relativos, o ritmo de crescimento do emprego formal da região Norte ocorreu de forma mais acelerada que o de sua PO, conforme demonstrado na tabela 13.

Em termos de hierarquia urbana, ocorreu fenômeno similar ao verificado em relação ao PIB e às exportações (seção 2), conforme demonstrado nas tabelas 15 e 16. Com efeito, entre 2012 e 2014, as metrópoles perderam participação relativa no estoque de empregos formais (-3,0 p.p.). Houve ganhos de participação entre as cidades intermediárias (capitais regionais e centros sub-regionais) de 1,1 p.p. e entre as cidades pequenas (centros de zona e centros locais).

Essa perda de participação do emprego formal das metrópoles no total do país foi similar à verificada na participação do PIB do país (-3,1 p.p.). Os centros locais, cuja elevação da participação no PIB nacional foi de 1,9 p.p., tiveram ganhos menores no emprego formal. Isso reforça a ideia de que o crescimento econômico gera efeitos socialmente menores em tais localidades, se comparado com níveis superiores de hierarquia urbana. As cidades intermediárias, por exemplo, aumentaram a participação no emprego na Rais em 1,9 p.p., embora seu aumento no PIB nacional tenha sido de 1,3 p.p., durante o período assinalado.

TABELA 15
Taxas de crescimento médio anual do PIB e do emprego formal, por nível de hierarquia urbana e em períodos selecionados
 (Em %)

Hierarquia urbana	PIB		Emprego (Rais)	
	2002-2014	2003-2013	2002-2014	2003-2013
Grande metrópole nacional	2,9	3,9	3,9	4,5
Metrópole nacional	2,5	2,9	3,8	4,5
Metrópole	2,9	3,3	4,5	5,1
Capital regional A	3,6	3,9	5,2	5,6
Capital regional B	3,7	4,3	5,3	5,9
Capital regional C	3	3,2	5	5,5
Centro sub-regional A	3,4	3,9	5,3	5,5
Centro sub-regional B	3,6	4,1	5,7	5,8
Centro de zona A	4,3	4,9	5,2	5,6
Centro de zona B	3,1	3,3	4,9	5,1
Centro local	3,8	4,1	5,1	5,5

Fontes: IBGE (2008; 2016d) e ME. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

Em termos setoriais, houve mudanças importantes na distribuição do emprego formal entre as regiões do país. A região Norte, em 2014, respondia por 10,4% do total do emprego formal da extrativa brasileira, representando um ganho de 6,2 p.p. em relação a 2002. Porém, deve-se considerar que esse setor responde por apenas 0,4% do total de empregos formais no país. Também na agropecuária o ganho da região foi expressivo no total do país: passou de 2,8% (2002) para 6,4% (2014). A expansão da fronteira agrícola e o avanço da indústria extrativa no sudeste do Pará, especialmente na MRG de Parauapebas, explicam esse bom desempenho, conforme destacado na análise microrregional feita na próxima seção.

TABELA 16

Distribuição do emprego formal, segundo nível de hierarquia urbana – Brasil (2002-2014)
(Em %)

Hierarquia urbana	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Grande metrópole nacional	17,5	17,0	16,8	16,7	16,6	16,7	16,9	16,6	16,6	16,2	16,3	16,0	15,9
Metrópole nacional	11,3	10,9	10,7	10,5	10,4	10,4	10,2	10,2	10,0	10,1	10,1	10,2	10,2
Metrópole	19,7	19,5	19,5	19,6	19,5	19,5	19,6	19,6	19,7	19,6	19,7	19,3	19,2
Capital regional A	8,7	8,8	8,9	9,0	9,2	9,1	9,2	9,1	9,2	9,2	9,2	9,2	9,2
Capital regional B	5,7	5,7	5,8	5,7	5,8	5,8	5,9	5,9	6,0	6,0	6,0	6,1	6,1
Capital regional C	7,8	7,8	7,8	7,9	7,8	7,9	7,9	7,9	8,0	8,0	8,1	8,1	8,1
Centro sub-regional A	5,1	5,2	5,3	5,3	5,3	5,2	5,2	5,2	5,2	5,3	5,3	5,4	5,4
Centro sub-regional B	2,4	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6	2,7	2,7
Centro de zona A	4,6	4,6	4,7	4,7	4,7	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8
Centro de zona B	3,6	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,6	3,6	3,6	3,7	3,7
Centro local	13,7	14,2	14,2	14,3	14,4	14,4	14,2	14,4	14,3	14,5	14,1	14,6	14,5

Fontes: IBGE (2008) e ME. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

A região Centro-Oeste apresentou ganhos expressivos nos empregos da agropecuária (+5,66 p.p.) e passou a responder, em 2014, por 18,3% do total setorial no país. As razões para tanto foram apresentadas anteriormente. A região Nordeste obteve as maiores taxas de crescimento no agregado do Brasil no setor da construção civil (de 18,8% do total para 21,8%, entre 2002 e 2014); no comércio (de 14,8% para 17,4%) e na administração pública (de 24,7% para 27,7%). A região Sudeste perde participação em todos os setores, assim como a região Sul ganha apenas nos Siups.

Em suma, a desconcentração produtiva regional também representou uma desconcentração produtiva do emprego formal, como seria de se esperar. Segue, agora, a análise setorial no nível das microrregiões.

4.2 Evolução do emprego formal por MRG e por grupamento de atividades no período 2002-2014

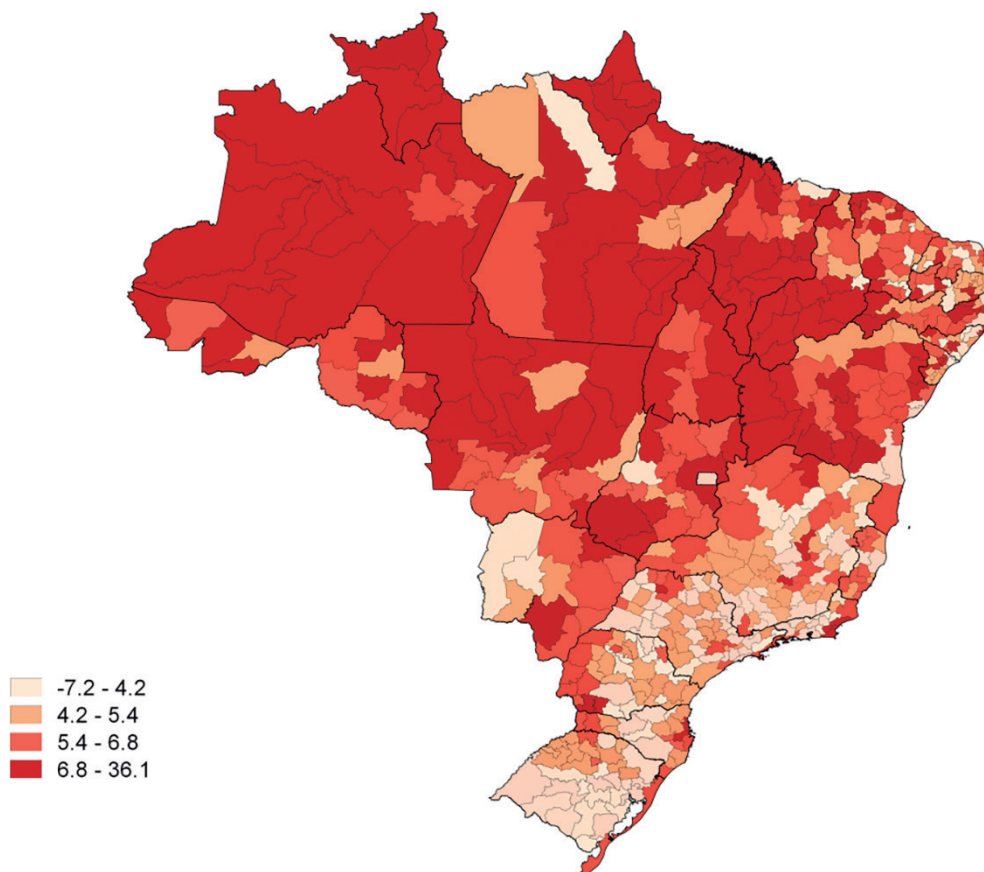
De acordo com os dados da Rais, o Brasil possuía 28,7 milhões de vínculos ativos, em 31 de dezembro de 2002, passando para 49,6 milhões, na mesma data de 2014. Portanto, houve um crescimento de pouco mais de 70% em doze anos, equivalente a uma taxa média anual de 4,7%. Em outra medida, verificaram-se comportamentos diferenciados pelo território brasileiro, segundo as MRGs. Em 2014, a MRG São Paulo-SP apresentou o maior contingente de vínculos ativos na Rais, com 6,1 milhões de registros, equivalente a 12,4% do emprego formal no país. Em seguida, aparece a MRG Rio de Janeiro-RJ, com 3,5 milhões de postos de trabalho ou 7,1% do total.

As maiores participações correspondem às MRGs onde estão situadas as principais aglomerações urbanas do país. Por exemplo, as vinte maiores participações representavam 50% do total de empregos formais do Brasil em 31 de dezembro de 2014. Desse grupo, dez MRGs registraram perda de participação no total de empregos formais do país, com relação ao mesmo período de 2002. O fato decorre do menor ritmo de expansão do emprego formal nessas unidades (mapa 11). A maior redução foi na MRG São Paulo-SP, com queda de 1,3 p.p. no período 2002-2014.

MAPA 11

Taxa de crescimento médio anual do emprego formal, segundo as microrregiões (2002-2014)

(Em % a.a.)

Fonte: ME. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

Por sua vez, as MRGs de Manaus e Sorocaba-SP apresentaram as maiores taxas de crescimento do grupo, com médias anuais de 6,5% e 5,9%, elevando sua participação de 0,9% para 1,1% e de 0,7% para 0,8%, respectivamente. Também se deve destacar a predominância das MRGs do estado de São Paulo nesse grupo, com sete unidades que correspondiam a 18% do total do país, em 2014.

Quando se observam os níveis de crescimento do emprego formal, entre 2002 e 2014, verifica-se um comportamento divergente da concentração apontada no parágrafo anterior. Por tal critério, demonstrado no mapa 11, evidenciou-se que os melhores desempenhos ocorreram fora dos grandes núcleos urbanos do país e das

áreas de desenvolvimento mais consolidado. Com efeito, foram as MRGs do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que apresentaram os maiores ritmos de expansão do emprego formal no período. A taxa média de crescimento anual entre as MRGs foi de 5,9%, com CV de 54%. Logo, seu comportamento foi heterogêneo pelo território nacional.

Em termos de crescimento relativo, o desempenho menos favorável foi na MRG de Chorozinho-CE (queda de 7,6% a.a.) e o mais favorável foi na MRG Nordeste de Roraima-RR (acrécimo de 36,1% a.a.). Nada obstante, em alguns casos, as taxas elevadas de crescimento são decorrentes da pequena base de comparação no início do período, como são os casos da própria MRG Nordeste de Roraima-RR e de Japurá-AM (30,7% a.a.). No primeiro caso, havia setenta vínculos ativos em 2002, passando para 2,8 mil no fim do período. No segundo, eram apenas 32 vagas de empregos formais em 2002 e 796 em 2014.

Impressiona o volume de crescimento da MRG Boa Vista-RR, com 58 mil novos postos de trabalho no período, equivalente a um crescimento de 9,9% a.a. Em seguida, aparece a MRG de Parauapebas-PA, no sudeste do Pará, cuja base é fortemente atrelada à extrativa para exportação, com acréscimo de 56,6 mil postos de trabalho (14% a.a.). Outros casos de destaque são: Alto Teles Pires-MT, com 52,5 mil (12,1% a.a.) novos postos de trabalho, Altamira-PA, com 52 mil (17,2% a.a.), e Barreiras-BA, com 46,8 mil (10,9% a.a.). Notadamente, trata-se de áreas cujo dinamismo econômico esteve atrelado à produção de *commodities* para exportação.

No período estudado, em valores absolutos, a MRG São Paulo-SP respondeu por 2,2 milhões de novos postos de trabalho. Isso significa que 10,5% do incremento verificado se concentrava naquela MRG, fatia que revela o seu peso na geração de empregos do país. A MRG Rio de Janeiro-RJ aparece em seguida, com 1,2 milhão de novas vagas, correspondendo a 5,8% dos novos postos de trabalho.

Apenas três MRGs apresentaram queda do número de empregos formais no período 2002-2014. Foram elas as MRGs Chorozinho-CE, com redução de 60% dos postos de trabalho formais (-6,3 mil vínculos ativos), Litoral Nordeste-RN (queda de -2,5 mil vagas) e Piedade-SP, com redução de 3,5 mil empregos formais, equivalente a uma queda de 10%. De maneira geral, as MRGs pertencentes às regiões Sul e Sudeste tiveram ritmo de crescimento inferior ao de outras áreas do país, figurando com as menores taxas.

4.2.1 Extrativa mineral

A atividade extrativa mineral reunia, em 2014, um contingente de 257,6 mil vínculos formais de trabalho do país, um crescimento de 109,8% em relação a 2002, num crescimento médio anual de 6,4%. A atividade se destaca pelo bom desempenho no período, cuja taxa média de crescimento anual só foi menor do que a atividade de construção civil (8,1% a.a.). No entanto, o estoque de vínculos ativos da atividade extrativa mineral é pequeno no total nacional do emprego. Em termos de participação relativa, entre 2002 e 2014, essa atividade passou de 0,43% do total de empregos formais do país para 0,52%.

Na análise regional, a MRG Macaé-RJ, com grande dependência da indústria petrolífera, liderava com pouco mais de 29 mil postos de trabalho ou 11,3% do total da atividade, em 2014. Em seguida, aparecem Rio de Janeiro-RJ (5,8%), Belo Horizonte-MG (5,8%), Itabira-MG (4,7%) e Parauapebas-PA (4,2%); a primeira com atividades ligada ao petróleo e as duas outras à extração de minérios. Juntas, essas cinco MRGs reuniam 31,7% dos empregos relacionados à atividade extrativa mineral no país, sendo as únicas a apresentarem mais de 10 mil vínculos formais em 2014. As MRGs Ouro Preto-MG, Vitória-ES¹⁹ e Mossoró-RN, nessa ordem de importância, formavam um novo grupo, cujo número de vínculos formais estava entre 5 mil e 10 mil, perfazendo 7% do total da atividade no país.

A análise referente às dez principais MRGs do país em relação à geração de empregos formais no setor de extrativa mineral revela o aumento da concentração relativa dos empregos nesse setor. Em 2002, elas representavam 34,9% dos empregos na extrativa mineral, saltando para 42,3% em 2014. Em grande parte, esse comportamento foi influenciado pelos desempenhos das MRGs Parauapebas-PA e Conselheiro Lafaiete-RJ, cujas taxas elevadas de crescimento do emprego no período 2002-2014 fez com que ambas passassem a figurar nesse grupo. A primeira elevou sua participação no total do país, de 1,1% para 4,2%, confirmando o dinamismo do sudeste do Pará nessa atividade. A segunda saltou de 0,6% para 1,9%. A MRG Rio de Janeiro-RJ, com crescimento 13,6% a.a., também apresentou bom desempenho, assumindo o segundo maior contingente de pessoas empregadas no setor em 2014.

19. Nessa MRG, está localizado um dos mais importantes complexos de pelotizadoras do país.

4.2.2 Indústria de transformação

A indústria de transformação apresentou taxas médias de crescimento anuais de 3,8% do número de vínculos ativos, no período 2002-2014. Eram 5,2 milhões de empregos formais em 2002, passando para 8,2 milhões, em 2014. Como resultado do processo de *desindustrialização* em curso no país, este setor teve perda de participação relativa no número de empregos formais, passando de 18,2% para 16,5% no período analisado.

Entre as MRGs, São Paulo-SP liderava com 760 mil vínculos formais na indústria de transformação em 31 de dezembro de 2014, equivalente a 9,3% do total do país. A MRG Rio de Janeiro-RJ vinha em segundo lugar com 3,8% do total ou 307 mil empregos formais, seguida pela MRG Campinas-SP, com 258 mil (3,2%), e Belo Horizonte-MG (2,8%).

Um conjunto de trinta MRGs possuía contingente superior a *50 mil* empregos formais nesse grupo de atividade, respondendo por 51% de todo o emprego do setor. Entre eles, a MRG Araraquara-SP apresentou a maior taxa de crescimento, com variação média de 7,2% a.a., seguida por Manaus-AM (6,7% a.a.) e São José do Rio Preto-SP (5,9% a.a.). Em valores absolutos, a MRG São Paulo-SP lidera o crescimento, com aumento de 109,6 mil novos postos de trabalho no setor (1,3% a.a.), seguido pela MRG Campinas-SP, com 96,9 mil novos empregos (4,0% a.a.) e a MRG Rio de Janeiro-RJ, que criou 94 mil novos postos (3,1% a.a.).

A distribuição pelo território do emprego na indústria de transformação revela que os maiores contingentes estão situados nas regiões Sudeste e Sul do país. Todavia, destaca-se o papel da atividade industrial na Zona Franca de Manaus (ZFM), cuja MRG respondia por 108 mil postos de trabalho no setor. Além das três grandes RMs do Nordeste – Fortaleza, Salvador e Recife –, com suas MRGs representando, 1,9%, 1,1% e 1,0% do total do país, respectivamente, em 2014. Isso também pode ser dito da MRG Goiânia, com 1,2% do emprego industrial do Brasil naquele ano.

No outro extremo, 308 MRGs apresentavam número de vínculos formais na indústria de transformação inferior a 5 mil pessoas, sendo que em duas (Japurá-AM e Traipu-CE) sequer houve registros administrativos nesse setor. Juntas, essas MRGs representavam somente 6% do total de empregos industriais com vínculos formais em 2014. Esse grupo verificou crescimento de 77,9% no período 2002-2014, com as

maiores taxas influenciadas pela baixa base de comparação. Isso é bem ilustrado pelo caso da MRG Médio Oeste-RN, que registrava apenas dois vínculos formais em 2002, passando a 302, em 2014.

Contudo, deve-se destacar o ritmo de crescimento das MRGs Parauapebas-PA (17% a.a), com acréscimo de 4,1 mil novos postos de trabalho no setor, Tobias Barreto-SE (19,1% a.a, equivalente a 3,9 mil novos empregos industriais) e de Nossa Senhora das Dores-SE, com acréscimo de 3,6 mil vínculos formais ou 37% a.a.

4.2.3 Serviços industriais de utilidade pública

Os Siups representavam apenas 0,91% do contingente de empregos formais do país, em 2014, segundo os registros administrativos da Rais, correspondente a 450 mil vínculos ativos em 31 de dezembro de 2014. A taxa de crescimento anual de 3,1%, no período 2002-2014, fez com que esse setor perdesse participação relativa no total de empregos formais do país (era de 1,1% em 2002). Seu ritmo de crescimento só não foi menor do que o da *administração pública* e da *agropecuária, extração vegetal, caça e pesca*, com taxas anuais de 2,7% e 2,2%, respectivamente.

O padrão de distribuição do emprego formal na Siup pelo território brasileiro apresenta algumas particularidades, com elevada concentração em poucas unidades territoriais. Somente nove MRGs possuíam contingente de empregos formais no setor superior a 10 mil vínculos ativos, em 2014. Todavia, em termos relativos, esse grupo respondia por 45,5% do total de empregos gerados no setor entre as MRGs. O Rio de Janeiro-RJ liderava com 48,2 mil postos de trabalhos, equivalente a 10,7% do total, seguido pela MRG São Paulo-SP, com 8,3%.

Houve, na verdade, uma troca de posições entre as duas MRGs, no período 2002-2014, com a primeira crescendo a 3,5% a.a. e a segunda apresentando taxas anuais de apenas 0,3%. O acréscimo de 16,5 mil novos postos de trabalho, em doze anos, na MRG Rio de Janeiro-RJ fez com que superasse São Paulo. Destaca-se o caso da MRG Osasco-SP, também figurando nesse grupo, com taxas de 19,8% a.a., no período, um acréscimo de mais de 10 mil postos de trabalho, aumentando sua participação relativa de 0,5%, em 2002, para 2,7%, em 2014.

Outras nove MRGs figuravam no grupo situado entre 5 mil e 10 mil vínculos formais da Siup, em 31 de dezembro de 2014, perfazendo 13,2% do total de empregos do setor. Nesse grupo, destacam-se as taxas de crescimento das MRGs Manaus-AM (8,2% a.a.), elevando sua participação no país de 0,7% para 1,2%, no período 2002-2014, e, também, da MRG Guarulhos-SP (6,9% a.a.), com participação relativa de 1,7% em 2014. O desempenho dessa última, junto com a de Osasco-SP, chama a atenção para o deslocamento do emprego da Siup na Região Metropolitana (RM) de São Paulo. Ou seja, o baixo ritmo de crescimento do núcleo principal foi compensado pelo maior crescimento em seu entorno.

No outro extremo, aparecem 35 MRGs que não dispunham de nenhum vínculo ativo nesse setor, em 31 de dezembro de 2014, sendo que treze apresentavam algum registro na mesma data em 2002, o que pode significar uma baixa oferta desse importante serviço de infraestrutura econômica e urbana. Ao todo, as MRGs que figuram nos grupos de zero a cem vínculos e de cem a quinhentos vínculos, totalizam 12,9% dos empregos formais desse setor no Brasil, embora correspondam a 80% das unidades investigadas. Com exceção das capitais estaduais, esses dois grupos são formados majoritariamente pelas MRGs do Norte e Nordeste do país e norte de Minas Gerais.

4.2.4 Construção civil

Bastante intensiva em mão de obra, a construção civil apresentou 2,8 milhões de empregados com vínculos ativos em 31 de dezembro de 2014, correspondendo a 5,7% do total de empregos formais do país. Esse setor apresentou o maior ritmo de crescimento no período 2002-2014, com taxa média anual de 8,1%, levando a um aumento de 1,7 milhão de vínculos formais em relação a 2002, crescimento acumulado de 154%. Conforme destacado anteriormente, as obras de infraestrutura do PAC 1 e 2 tiveram importância decisiva nesse crescimento, embora desde 2004 as contratações estivessem aumentando.

Com distribuição desigual pelo território brasileiro, os maiores contingentes costumam situar-se nas principais aglomerações urbanas do país. As MRGs onde estão situadas as treze principais RMs do Brasil respondiam por 49% de todo o emprego formal gerado no setor, ocupando os primeiros lugares em termos de contingente de trabalhadores. Na liderança estão as três principais MRGs do Sudeste, com São Paulo-SP respondendo por 12,6% do total (354 mil vínculos ativos). Seguido por

Rio de Janeiro-RJ e Belo Horizonte-MG, com participações de 7,9% e 6,0%, respectivamente. Essas três MRGs apresentaram taxas médias de crescimento anual de 7,3%, 8,8% e 6,3%, respectivamente, no período 2002-2014.

Em seguida, aparecem as três metrópoles nordestinas, em termos de participação no total de emprego formal na construção civil do Brasil. A MRG Salvador-BA, com 102 mil vínculos formais em 31 de dezembro de 2014, respondia por 3,6% do emprego setorial, apresentando taxa de crescimento de 8,3% a.a., no período analisado. A MRG Recife-PE registrou 79 mil vínculos ativos (2,8% do total) e crescimento de 6,9% a.a. Por fim, a MRG Fortaleza-CE apresentou taxa de crescimento de 10,4% a.a., um acréscimo de quase 52 mil novos postos de trabalho no setor. Em 2014, representava 2,6% do total do país (74 mil registros de emprego).

Foram encontradas 49 MRGs com número de vínculos ativos no setor superior a 10 mil, em 31 de dezembro de 2014. Juntas, elas representavam 73,7% de todo o emprego setorial gerado naquela data. Entre elas, destaca-se o caso da MRG Altamira-PA, que continha apenas 182 vínculos na construção civil, em 31 de dezembro de 2002, passando a 31,4 mil em 2014. Esse crescimento deveu-se às obras de instalação da usina Belo Monte na região, o que também contribuiu para que o município de Altamira-PA, principal núcleo da MRG, se tornasse um dos mais violentos do país.²⁰ As MRGs Suape-PE (21% a.a.), Parauapebas-PA (19,9% a.a.) e Porto Velho-RO (17,1% a.a.) também se destacam por seu crescimento, resultantes de importantes obras de infraestrutura.

Outras 34 MRGs figuram no grupo entre 5 mil e 10 mil empregos formais no setor, perfazendo 8,4% do total do país. Destaca-se o alto crescimento das MRGs Baixo Curu-CE (32% a.a.), Itaguaí-RJ (20,8% a.a.) e Ouro Preto-MG (16,1% a.a.). Por fim, embora o desempenho favorável da construção civil tenha sido verificado por quase todo o território nacional, identificaram-se 55 MRGs com redução do número de vínculos ativos nesse setor, entre 2002 e 2014. As maiores quedas foram registradas nas MRGs Tucuruí-PA (-2,7 mil empregos), Vacaria-RS (-2,0 mil pessoas) e Aimorés-MG (-1,7 mil).

20. De acordo com o Atlas da violência (Ipea, 2017).

4.2.5 Comércio

As atividades de comércio se destacam por sua alta capilaridade, com forte presença ao longo de todo o território brasileiro. Trata-se do setor de atividade econômica com a segunda maior participação no total de empregos formais do país em 2014. De acordo com os dados da Rais, registraram-se 9,7 milhões de vínculos ativos, em 31 de dezembro de 2014, equivalente a 19,6% do total de empregos formais daquela data, ficando atrás apenas do setor de serviços (34,9%). Em que pese ser uma das atividades com os índices mais elevados de informalidade do país, as taxas de crescimento do emprego formal foram de 6,0% a.a., atrás apenas da construção civil (8,1% a.a.) e da extrativa mineral (6,4% a.a.), o que representou acréscimo de 4,9 milhões de novos vínculos ativos, dobrando de tamanho em relação ao ano de 2002, e elevando sua participação em 1,8 p.p. no total do país.

A alta capilaridade do setor de comércio se confirma com a ocorrência de vínculos ativos em todas as unidades investigadas em 2014. Nesse ano, somente 79 MRGs apresentaram contingente de empregos formais no setor inferior a mil postos de trabalho. Com a maioria situada nas regiões Norte e Nordeste (87%), onde os índices de informalidade no emprego são ainda maiores, esse grupo apresentou crescimento de 254% no período 2002-2014, elevando sua participação de 0,25% para 0,44% no total setorial do emprego no país.

O grupo mais numeroso é o que apresenta um contingente entre 1 mil e 5 mil empregos formais no setor de comércio. Pouco mais de um terço das MRGs estão situadas nesse grupo, que representava, em 31 de dezembro de 2014, participação relativa de 5,5% do total do país. O grupo apresentou taxa média anual de crescimento de 8,6% a.a., equivalente a um acréscimo de 338 mil novos postos de trabalho ou 170% de crescimento acumulado. As maiores taxas de crescimento aconteceram nas MRGs Litoral Sul-PB (18,2% a.a.), Alto Médio Canindé-PI (17,3% a.a.) e Alto Médio Gurguéia-PI (16,9% a.a.), refletindo certo dinamismo das áreas situadas no interior do Nordeste, embora seja pequena a base de comparação. Em termos absolutos, os maiores aumentos foram registrados nas MRGs Salinas-MG e Itaituba-PA, ambas com aproximadamente 3,5 mil novos registros administrativos.

Em seguida, aparece o grupo situado entre 5 mil e 10 mil vínculos ativos, com 109 MRGs, respondendo por 810 mil postos de trabalho em 31 de dezembro de 2014, equivalente a 8,4% do total daquele ano. Esse grupo apresentou taxa média de

crescimento do emprego formal de 7,1% a.a., acréscimo de 453 mil novos postos de trabalho. Os melhores desempenhos foram verificados nas MRGs Ibiapaba-CE (14,6% a.a.), Bacia de São João-RJ (12,8% a.a.) e Alto Capibaribe-PE (12,2% a.a.). A MRG Bacia de São João também se destaca pelo crescimento em valores absolutos, com criação de 6,8 mil novos postos de trabalho, seguida por Tangará da Serra-MT (6 mil) e Primavera do Leste-MT (5,8 mil).

O grupo seguinte reúne um quarto das unidades investigadas e mais de 2,8 milhões de vínculos ativos em 2014, equivalente a 29,2% do total do país. Apresentou taxas de crescimento de 6,4% a.a., entre 2002 e 2014, com aumento de 1,5 milhão de postos de trabalho. A MRG Parauapebas-PA, figurando nesse grupo, apresentou a maior taxa de crescimento, com 19,6% a.a., saltando de 1,4 mil para 11,6 mil postos de trabalho no setor de comércio, confirmando seu dinamismo econômico. As MRGs Feira de Santana-BA e Aracaju-SE lideram o crescimento em valores absolutos, com criação de 26,7 mil (7% a.a.) e 22,8 mil (5,9 % a.a.) novos empregos no setor, respectivamente.

Os dois grupos restantes reúnem as MRGs onde estão situadas as principais aglomerações urbanas do país, com o grupo situado entre 50 mil e 100 mil apresentando alguns dos núcleos de segunda ordem na hierarquia urbana. O outro grupo (acima de 100 mil) representa as metrópoles e os núcleos que exercem a primazia de sua área de influência (com exceção de Osasco-SP, pertencente à RM de São Paulo). Juntos, eles representavam 56,5% de todo o emprego do setor de comércio do país, em 31 de dezembro de 2014, de onde se deve atentar para o caráter sazonal dessa atividade nessa época do ano. Com taxa média de crescimento de 5,5% a.a., inferior ao dos demais grupos, perdeu-se participação em relação a 2002, quando representavam 60,3% do emprego setorial no país.

As maiores taxas de crescimento foram registradas nas MRGs aglomeração urbana de São Luís-MA, com 8,8% a.a., respondendo por 67,5 mil postos de trabalho na data do levantamento, seguida por Osasco-SP (8% a.a.), que reunia 137 mil vínculos ativos no setor. Em termos absolutos, a MRG São Paulo-SP apresentou crescimento de 462 mil registros em doze anos, uma média anual de 38,5 mil novos postos de trabalho no setor. Em seguida, aparecem as MRGs Rio de Janeiro-RJ e Belo Horizonte-MG, com acréscimos anuais de 20,8 mil e 12,2 mil postos de trabalho, respectivamente.

4.2.6 Serviços

O setor de serviços é o maior empregador do país, tendo por características sua alta informalidade e heterogeneidade estrutural. Coexistem segmentos com elevados índices de produtividade junto a outros com baixos níveis de valor adicionado por trabalhador, típico de um *terciário pobre*. Nada obstante, o setor respondia por 34,9% dos empregos formais gerados no país, em 2014, com 17,3 milhões de postos de trabalho. A geração de 8,1 milhões de novos postos formais de trabalho, entre 2002 e 2014, representou um aumento de 88,5% (5,4% a.a.) e uma elevação de sua participação no total de empregos em 2,8 p.p., no período.

Assim como o comércio, os serviços também têm certa capilaridade pelo território brasileiro, embora as atividades com maior valor agregado estejam mais concentradas espacialmente nas maiores metrópoles do país. A MRG São Paulo-SP concentrava, em 31 de dezembro de 2014, 17,2% do emprego gerado no setor, equivalente a quase 3 milhões de vínculos ativos. Em seguida, aparecem as MRGs Rio de Janeiro-RJ (9,7%) e Belo Horizonte-MG (4,4%).

As MRGs situadas entre os dez maiores contingentes de emprego no setor de serviços²¹ representavam 50,5% de todas as vagas no setor em 2014. O dado revela maior grau de concentração espacial do emprego terciário. Todavia, as MRGs desse grupo registraram queda de participação relativa de 1,7 p.p., em 2014, em relação a 2002.

Ainda relacionado à maior concentração espacial do emprego terciário pelo território nacional, identificaram-se trinta MRGs com contingente de empregos formais superior a 100 mil vínculos ativos em 2014. Juntas, elas representavam 69,2% dos postos de trabalho do setor em 31 de dezembro. Essas MRGs representam áreas onde estavam as principais aglomerações urbanas do país, de primeira ou segunda ordem na hierarquia urbana. Esse grupo cresceu a taxas médias de 5,4% a.a., um acréscimo de 5,6 milhões de novas vagas de emprego no período, mantendo-se estável sua participação relativa no total do país (eram 69,5% em 2002).

21. Notadamente, as áreas com as principais aglomerações urbanas do país, que são: São Paulo-SP (17,2%), Rio de Janeiro-RJ (9,7%), Belo Horizonte-MG (4,4%), Porto Alegre-RS (3,1%), Salvador-BA (3,0%), Brasília-DF (2,9%), Curitiba-PR (2,9%), Recife-PE (2,8%) Fortaleza-CE (2,4%) e Campinas-SP (2,2%).

A MRG Teresina-PI registrou a maior taxa de crescimento do grupo com 8,7% a.a. Em termos absolutos, a MRG São Paulo-SP contribuiu com quase 1,5 milhão de novos empregos, um incremento que representa pouco mais de 26% de todas as vagas geradas por esse grupo.

Outro grupo com quinze MRGs figurava entre 50 mil e 100 mil postos de trabalho no setor de serviços. Quase todos situados no Sul e Sudeste do país (exceção da MRG Cuiabá-MT), perfaziam um total 1,9 milhão de empregos no setor, em 2014, equivalente a 6,9% do total. Com taxa média de crescimento de 4,9% a.a., houve queda de participação de 0,4 p.p., entre 2002 e 2014. As MRGs Jundiá-SP e Macaé-RJ apresentaram as maiores taxas de crescimento do grupo, com 8,3% a.a. cada. Itapecerica da Serra-SP se destaca negativamente por apresentar redução de 6,3 mil vagas de trabalho no setor durante o período analisado.

Os demais grupos, somados, representavam 24% de todos os vínculos ativos registrados no setor de serviços, em 2014, com 4,1 milhões de vagas, embora representassem 92% de todas as unidades investigadas. O grupo situado entre 10 mil e 50 mil empregos formais detinha a maior parcela, com 73,7% dessa cifra ou 17,3% do total do país, restando muito pouco para os demais grupos. As MRGs Macaíba-RN e Alto Teles Pires-MT tiveram taxas anuais de crescimento, respectivamente, de 15,5% e 15,2%. Outros destaques são os casos das MRGs Bacia de São João-RJ, Marabá-PA, Barreiras-BA e Suape-PE, cujas taxas de crescimento superiores aos 10% anuais têm forte relação com a dinâmica econômica dessas áreas no período recente, vinculadas à produção de *commodities* ou às obras de infraestrutura.

A observação das MRGs pertencentes a cada um dos grupos formados também indica o caráter da seletividade espacial dos serviços, correlacionado com o grau de hierarquia urbana dos principais núcleos de cada MRG. De fato, à medida que vai diminuindo a centralidade desses núcleos urbanos, cai sensivelmente o contingente de empregos formais no setor de serviços, verificados em cada unidade investigada. Em outra medida, os centros intermediários situados nas regiões Norte e Nordeste, embora ocupem hierarquia semelhante a seus pares no Sul e Sudeste do país, apresentam um contingente médio menor de empregos terciários, provavelmente, em virtude dos maiores índices de informalidade do trabalho nessas regiões.

4.2.7 Administração pública

Entre 2002 e 2014, houve redução na participação relativa do setor de administração pública, em relação ao total de empregos formais do país, passando de 23,7% para 18,9%. Em conformidade com os dados da Rais, essa queda de quase 4 p.p. deveu-se ao fato de o setor ter apresentado uma das menores taxas de crescimento do período, com média de 2,7% a.a., superando apenas o setor agropecuário (2,2% a.a.).

Esses dados tanto apontam para o desempenho do setor privado na geração de empregos formais, como também ajudam a compreender a expansão do setor público no período. Ou seja, seu desempenho abaixo da média dos outros setores relativiza a ideia corrente de mau uso da máquina pública. Ressaltam-se os efeitos restritivos da “Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)” sobre a expansão desse setor no período analisado.

Além disso, o setor deve ter sido pouco atingido pelo esforço de formalização empreendido pelo governo federal, uma vez que seus trabalhadores costumam ser formalizados. O desempenho dos empregos formais na administração pública reflete um comportamento “natural”, que segue o ritmo da economia, enquanto nos demais setores o aumento do número de trabalhadores formais resultou tanto do desempenho da economia no período quanto das políticas de formalização.

Registraram-se quase 9,4 milhões de vínculos formais no setor de administração pública, em 31 de dezembro de 2014, não sendo possível distinguir sua distribuição por esfera de governo (municipal, estadual ou federal). Todavia, a análise regional revela as maiores concentrações situadas nas MRGs às quais pertencem as capitais estaduais e o Distrito Federal. Com efeito, essas 27 MRGs respondiam por 5,2 milhões dos vínculos ativos no setor, na data investigada, equivalente a 55,3% do total do país. Tiveram crescimento acumulado de 22%, em relação ao ano de 2002, equivalente a 920 mil novos postos de trabalho.

A MRG São Paulo-SP lidera o *ranking* do país e entre as capitais verificou uma queda de 4,1% durante o período 2002-2014, uma redução de 39 mil postos de trabalho, participando com 9,7% do total do país em 2014. Por sua vez, a MRG Aracaju-SE teve redução de 2,9% (queda de -1,8 mil empregos). A MRG Boa Vista-RR registrou crescimento de 205%, passando de 13 mil para 40 mil vagas na administração pública. Em seguida aparecem as MRGs de Natal-RN e Macapá-AP com crescimento acumulado,

entre 2002 e 2014, de 199% e 104%, respectivamente. A MRG Brasília-DF, que respondia por 5,6% do total de empregos da administração pública, apresentou o maior crescimento em termos absolutos, com 133 mil novas vagas, crescimento de 33% em relação ao período anterior. Em seguida, aparece a MRG Rio de Janeiro-RJ com 80 mil novas vagas no setor.

Entre as demais MRGs, destacam-se os casos de Campinas-SP, Osasco-SP e Santos-SP, cujo contingente de empregos no setor supera o de algumas capitais estaduais do Norte e Nordeste. Elas verificaram ritmo de crescimento superior ao da maioria das capitais, algo em torno de 55% (no acumulado) de aumento, no período analisado.

Por sua vez, o setor de administração pública também tem uma elevada inserção pelo território brasileiro, com apenas seis MRGs apresentando cifras inferiores a mil postos de trabalho no setor. Convém ressaltar a importância econômica desse tipo de atividade para os municípios de pequeno porte e para as áreas de menor dinamismo econômico do país, como é o caso do semiárido nordestino e algumas áreas da região Norte.

Nota-se, no entanto, a predominância das MRGs figurando nos grupos entre 1 mil e 10 mil postos de trabalho na administração pública, com distribuição por todo o território nacional. Em torno de 22% dos vínculos ativos do setor, em 2014, estão situados nesses dois grupos. Cerca de 2 milhões de empregos, com crescimento de 64%, em relação a 2002.

4.2.8 Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca

Os dados da Rais revelam que as atividades do setor de *agropecuária, extração vegetal, caça e pesca* fazem parte do rol com os menores índices de participação no total de empregos formais do país, com apenas 3% do total em 2014, superando apenas o setor de extrativa mineral (0,5%). Registrou-se pouco menos de 1,5 milhão de vínculos ativos no setor, sendo também o que apresenta o menor ritmo de crescimento, no período 2002-2014, com taxas médias de 2,2% a.a., um acréscimo de apenas 340 mil novos postos de trabalho.

Todavia, a análise dos resultados verificados para esse setor deve considerar os seguintes fatores: i) nível de sazonalidade das atividades do setor primário, cuja data de levantamento da Rais, em 31 de dezembro de cada ano, não consegue captar; ii) elevados índices de informalidade, as diferentes condições de trabalho e as formas alternativas de

relações de trabalho existentes no país; e iii) em contraponto, a ocorrência de um ciclo favorável de crescimento do setor, em especial da agricultura moderna e especializada de exportação, e as suas influências sobre o mercado de trabalho formal no setor.

Desse modo, a investigação do emprego formal segundo as MRGs revelou a maior concentração de empregos na MRG Sudoeste de Goiás-GO, com 20,4 mil vínculos ativos, equivalente a apenas 1,4% do total do país, em 31 de dezembro de 2014. Em seguida, apareciam as MRGs Uberlândia-MG (1,3%) e Araraquara-SP (1,1%). Essa última liderava o *ranking* em 2002, mas apresentou redução de 7,2 mil postos de trabalho, num ritmo de descenso de -3% a.a. Portanto, não se verificou coeficientes elevados de concentração espacial do emprego no ramo da *agropecuária, extração vegetal, caça e pesca*. Os maiores contingentes, referentes ao grupo de MRG com mais de 10 mil postos de trabalho (22 MRGs), respondiam por 20% do total de vagas do país.

Verifica-se que as maiores concentrações de emprego correspondem às áreas onde se manifestam uma agricultura moderna e de maior valor agregado, com ocupação consolidada ou em processo de expansão. De igual modo, o volume de crescimento é maior nessas áreas. Em termos absolutos, a MRG Tomé-Açu-PA apresentou o maior crescimento, com 14 mil novos postos de trabalho no setor, passando de 1 mil para 15 mil vagas (25,5% a.a.). A MRG Sudoeste de Goiás-GO, por sua vez, registrou acréscimo de 11,1 mil empregos no setor agropecuário (crescimento de 6,7% a.a.), seguido pela MRG Barreiras-BA, com 11 mil novos empregos, crescimento de 11,7% a.a.

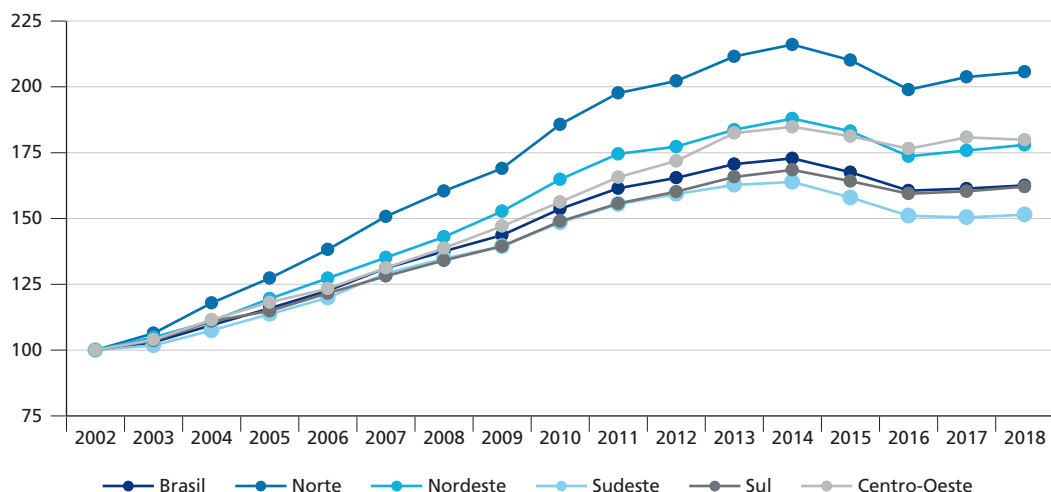
Verificaram-se quedas acentuadas de postos de trabalho nas MRGs Mata Meridional Pernambucana-PE (-7,9 mil vagas), Jaboticabal-SP (-7,4 mil), Araraquara (-7,1 mil) e Mata Setentrional Pernambucana-PE (-5,7 mil). Em todos esses casos, trata-se de áreas produtoras de cana-de-açúcar.

4.3 Comportamento recente da geração de emprego formal no Brasil de 2015 a 2018

A análise feita até então foi delimitada pelos parâmetros definidos para o estudo de atualização das tipologias da PNDR (Macedo e Porto, 2018), o que inclui a sua periodização. O período de 2002 a 2014 (esse último ano já de desaceleração) marca uma fase positiva de expansão do mercado de trabalho formal brasileiro, que rompeu com o quadro de debilidades apresentado na década de 1990, conforme discutido anteriormente.

O período subsequente, de 2015 a 2018, inaugura nova fase, ainda em processo, no qual se verifica forte reversão do quadro anterior, com queda dos indicadores de emprego formal, sem que ainda se tenha apontado indícios de retomada.

GRÁFICO 9
Evolução do número de empregos formais – Brasil e macrorregiões (2002-2018)



Fonte: ME. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.
Obs.: 2002 = 100.

No Brasil verificou-se queda brusca do número de empregos formais em 2015 e 2016, levando as cifras para os níveis do início da década. Em 2017 e 2018, o mercado de trabalho formal estabilizou-se, sem quedas abruptas, mas sem retomar os padrões anteriores. Em 2018, o estoque de empregos formais no país era de 46,6 milhões de vínculos ativos, algo 5,9% menor do que era em 2014. A queda chegou a ser de -7,1%, em 2016, equivalente a uma perda de 3,5 milhões de empregos formais, entre 2014 e 2016, após dois anos de aumento expressivo das demissões e de elevação do desemprego no país.

Em termos regionais, Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram maior expansão de empregos formais no período 2002-2014, contribuindo para maior desconcentração. Após 2015, essa relação começa a se alterar, conforme os diferentes impactos da crise econômica entre as regiões.

A região Norte, que havia apresentado o maior ritmo de expansão no período 2002-2014, reduziu seu estoque de empregos formais em -4,8%, entre 2014 e 2018, uma perda de 134 mil postos de trabalho. O Nordeste teve perda acumulada de 485 mil postos de trabalho, nesse mesmo período, uma redução de -5,3% dos vínculos ativos. Essa perda chegou a ser de -7,6%, em 2016, em relação a 2014. Ou seja, a região sofreu os efeitos imediatos da crise econômica sobre o mercado de trabalho de maneira mais intensa que a média do país, num primeiro momento (2015-2016), mas se recuperando nos anos subsequentes (2017-2018), ficando com o resultado relativo acumulado mais favorável do que o Brasil.

A região Centro-Oeste apresentou maiores oscilações no período 2015-2018. Em relação a 2014, que foi o ápice do crescimento dos empregos formais, a região perdeu 115 mil postos de trabalho, sendo a menor redução do país até 2018, em termos relativos (-2,7%). Isso significa que os impactos da crise sobre o mercado de trabalho foram menores ali. Nada obstante, o Centro-Oeste foi a única região que voltou a apresentar redução de seus postos de trabalho, em 2018, após crescimento em 2017. O dado reflete, também, a dinâmica econômica dessa região, vinculada aos movimentos da demanda internacional de *commodities*.

As regiões Sul e Sudeste apresentaram os menores ritmos de expansão da geração de empregos formais, entre 2002 e 2014, com a segunda apresentando as menores taxas de crescimento. No período subsequente (2015-2018), a região Sudeste apresentou o pior desempenho relativo entre as cinco macrorregiões brasileiras. Após 2014, essa região perdeu 1,9 milhão de postos de trabalho, uma queda relativa de -7,6%. De igual modo, no subperíodo 2017-2018, o Sudeste foi a região com a pior capacidade de recuperação, cuja retomada foi de apenas 0,2 p.p. dos empregos perdidos em 2015 e 2016.

A região Sul teve perda acumulada de 325 mil vínculos ativos, nesse período de crise, queda de -3,8%. Seu desempenho só não é mais favorável do que o verificado na região Centro-Oeste. O principal destaque é o do subperíodo 2017-2018, quando a região recuperou boa parte dos empregos perdidos no subperíodo 2015-2016.

A tabela 17 apresenta as taxas de crescimento do emprego formal no Brasil e em suas regiões, assim como sua distribuição regional e sua distribuição nos diferentes períodos analisados. Entre 2002 e 2018, o país elevou o número de postos de trabalho

formais a uma taxa média anual de crescimento de 3,1%. No período 2002-2014, esse crescimento havia sido de 4,7% a.a., enquanto no período subsequente (2015-2018), a queda foi de 1,0% a.a.

TABELA 17

Taxas médias de crescimento anual do número de empregos formais e participação relativa – Brasil e macrorregiões (2002-2018)

(Em %)

Níveis territoriais	Taxas médias anuais de crescimento			Participação relativa		
	2002-2018	2002-2014	2015-2018	2002	2014	2018
Brasil	3,1	4,7	-1,0	100,0	100,0	100,0
Centro-Oeste	3,7	5,3	-0,3	8,1	8,7	9,0
Nordeste	3,7	5,4	-1,0	16,9	18,4	18,5
Norte	4,6	6,6	-0,7	4,5	5,7	5,7
Sudeste	2,6	4,2	-1,4	52,7	50,0	49,1
Sul	3,1	4,4	-0,4	17,7	17,2	17,6

Fonte: ME. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

Entre as macrorregiões brasileiras, verificou-se o aumento da participação relativa das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A primeira elevou sua participação na distribuição dos empregos formais do país em 1,2 p.p., no período 2002-2018, passando de 4,5% do total do país, em 2002, para 5,7%, em 2018. No período 2015-2018, a região Norte apresentou perdas a um ritmo de 0,7% a.a., de modo que manteve a sua participação no total do país, em relação a 2014 – era de 5,7%.

O Nordeste passou de 16,9% do total de vínculos ativos formais do país, em 2002, para 18,4%, em 2014 (auge do crescimento), e 18,5%, em 2018, na crise. Esse resultado reflete as quedas mais acentuadas apresentadas pela região Sudeste, verificadas no período. Com efeito, o Nordeste apresentou perdas de empregos formais a uma taxa de 1,0% a.a., similar ao Brasil. Entre as regiões, foi o segundo pior desempenho, ficando atrás apenas do Sudeste – queda de 1,4% a.a. Assim, no Nordeste, os efeitos da crise foram mais significativos.

O Centro-Oeste continuou elevando sua participação no total nacional de empregos formais, mesmo após a crise. Ao todo, a região elevou sua participação em 0,9 p.p., entre 2002 e 2018, passando de 8,1%, em 2002, para 8,7%, em 2014, e 9,0% em 2018. Na crise, a região foi a menos afetada, com queda de 0,3% a.a., entre 2015 e 2018.

O Sudeste apresentou desempenho relativo ainda mais sofrível. Perdeu posição no período de maior crescimento da economia (2002-2014) e continuou perdendo com a deflagração da crise (2015-2018). Seu estoque de empregos formais passou de 52,7% do total do país, em 2002, para 49,1%, em 2018, quando era de 50,0% em 2014. Essa perda de 3,6 p.p. expressa a continuidade do processo de desconcentração dos empregos no país, motivada por fatores diferentes. Na fase de crescimento, o Sudeste apresentou as mais baixas taxas de expansão do emprego (4,2% a.a.) e, com a crise, verificou as maiores quedas, num ritmo negativo de 1,4% a.a.

Por sua vez, a região Sul voltou a recuperar participação relativa com a crise. Essa região, entre 2002 e 2014, passou de 17,7% do estoque de empregos formais do Brasil para 17,2%, resultado da segunda menor taxa de expansão do período (4,4% a.a.). No período 2015-2018, porém, voltou a recuperar participação com 17,6% do total de vínculos ativos, em 2018. Esse resultado decorreu de um ritmo de perdas menor do que em outras regiões (-0,4% a.a.), ficando atrás apenas do Centro-Oeste.

Em termos setoriais, verificaram-se mudanças importantes na estrutura do emprego formal e sua distribuição entre as regiões, conforme dados da tabela 18. De 2002 a 2018, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ganharam participação relativa em todos os cinco grandes setores analisados. A única exceção é a perda de participação de 0,6 p.p. do Nordeste no setor agropecuário, em relação ao total dos empregos no setor, nesse período.

TABELA 18
Participação relativa do número de empregos formais, segundo o setor de atividade econômica – Brasil e macrorregiões

Níveis territoriais	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
2002					
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Centro-Oeste	4,6	7,7	7,8	9,1	12,7
Nordeste	13,0	18,8	14,8	18,8	17,2
Norte	3,3	4,9	4,2	5,1	2,8
Sudeste	53,4	52,9	54,5	52,1	50,8
Sul	25,7	15,6	18,7	14,8	16,5
2014					
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Centro-Oeste	6,1	7,6	8,3	9,2	18,3

(Continua)

(Continuação)

Níveis territoriais	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
Nordeste	13,7	21,8	17,4	20,1	16,5
Norte	3,9	7,2	5,4	6,1	6,4
Sudeste	51,3	49,2	50,7	49,8	43,3
Sul	25,0	14,2	18,3	14,7	15,5
2018					
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Centro-Oeste	6,5	8,2	8,4	9,3	19,5
Nordeste	13,9	19,2	17,3	20,4	16,6
Norte	3,7	6,0	5,4	6,3	6,6
Sudeste	49,9	50,5	50,3	48,8	42,3
Sul	26,0	16,1	18,6	15,1	15,0

Fonte: ME. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

A região Norte se destacou positivamente com a melhora de sua participação no número de empregos formais da agropecuária, passando de 2,8% do total de vínculos ativos neste setor, em 2002, para 6,6% em 2018 (elevação de 3,8 p.p.). Esse desempenho refletiu a expansão do agronegócio exportador na região, que apresenta maiores índices de formalização do trabalho em decorrência do perfil das empresas que operam no setor. Em relação a 2014, o Norte perdeu participação relativa no setor da construção civil, com queda de 1,2 p.p. nesses quatro anos, sendo o setor mais afetado na região com a crise pós-2015.

O Nordeste foi a região que mais ampliou participação do emprego formal nos setores de comércio (+2,5 p.p.) e serviços (+1,6 p.p.) durante o período 2002-2018. O primeiro setor passou de 14,8% do total do país, em 2002, para 17,4%, em 2014, e 17,3%, em 2018. No setor de serviços, as cifras foram de 18,8%, 20,1% e 20,4%, respectivamente. O desempenho desses setores no Nordeste é resultado direto das políticas adotadas no período, que favoreceram a expansão do consumo das famílias. Durante a crise, o destaque negativo vai para a perda de participação do setor da construção civil, com queda de 2,6 p.p. entre 2014 e 2018, repercutindo os impactos da retração de um setor tradicionalmente empregador.

A região Centro-Oeste tem destaque positivo com o aumento na participação do número de postos de trabalho da indústria (extrativa, transformação e serviços de utilidade pública) durante o período analisado. Entre 2002 e 2018, os ganhos foram de 1,9 p.p., chegando a representar 6,5% dos empregos no setor em 2018, quando era de 4,6%

em 2002. Em parte, esse desempenho é resultante do aumento de empregos relacionados à agroindústria. Tal se deu, também, com a expansão dos empregos formais vinculados à agropecuária da região, com ganho de 6,7 p.p. nesse período. Com efeito, a região passou a figurar com o maior número de postos de trabalho no setor, em 2018, superando o Nordeste e o Sul, que eram os maiores em 2002. Com a crise, a região continuou ganhando participação relativa em todos os setores analisados, destacando-se sobretudo a agropecuária.

O Sudeste, entre 2002 e 2018, perdeu participação no número de vínculos ativos em todos os cinco setores analisados. Nesse período, a indústria perdeu participação de 3,5 p.p.; a construção civil, 2,4 p.p.; o comércio, -4,3 p.p.; os serviços, -3,3 p.p.; e a agropecuária, 8,5 p.p., esta muito influenciada pelas mudanças produtivas no cultivo da cana-de-açúcar, cada vez menos demandante de mão de obra. A região continuou perdendo participação setorial dos empregos, pós-2015, com o advento da crise. No entanto, houve ganhos de participação da construção civil, que recuperou 1,4 p.p. dos empregos formais, entre 2014 e 2018.

Por fim, a região Sul se destaca pela perda de participação dos empregos formais do setor agropecuário durante todo o período analisado. Entre 2014 e 2018, verificaram-se ganhos importantes junto à indústria (aumento de 1,0 p.p.) e à construção civil (aumento de 1,9 p.p.), passando de 14,2% dos empregos, em 2014, para 16,1%, em 2018.

Em termos gerais, é possível dizer que o período de maior crescimento econômico (2002-2014) promoveu mais e amplas transformações na estrutura setorial dos empregos formais entre as regiões brasileiras. Com a crise econômica, os efeitos recessivos sobre o mercado de trabalho foram generalizados, afetando mais ou menos igualmente todos os setores, em todas as regiões. A principal exceção é o caso da construção civil, bastante afetada com a crise, levando a maior redistribuição do número de postos de trabalho entre as regiões, inclusive com a reconcentração no Sudeste.

A análise se complementa com um breve panorama do que aconteceu com o emprego formal no âmbito das MRGs nesse período recente de cenário de crise econômica. Considera-se, aqui, a tipologia sub-regional da PNDR aplicada às MRGs, conforme os parâmetros atualizados por Macedo e Porto (2018). O desempenho das MRGs segundo a sua tipologia regional pode ser observado na tabela 19, para todo o período analisado (2002-2018).

TABELA 19

Taxas médias de crescimento anual do número de empregos formais e participação relativa, segundo a tipologia sub-regional da PNDR (2002-2018)

(Em %)

Tipologia da PNDR	Taxas médias anuais de crescimento			Participação relativa		
	2002-2018	2002-2014	2015-2018	2002	2014	2018
Alta renda	2,8	4,4	-1,3	78,2	76,1	75,1
Baixa renda	4,3	5,6	0,6	2,8	3,1	3,3
Dinâmica	4,4	6,1	-0,4	6,0	7,0	7,2
Estagnada	3,7	5,1	-0,3	13,1	13,8	14,3

Fontes: Macedo e Porto (2018) e ME. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

Em 2018, as MRGs de alta renda concentravam 75% dos empregos formais do país, únicas que perderam participação relativa, durante o período analisado. Esse grupo apresentou a menor taxa de crescimento dos postos de trabalho, em todo o período, com ritmo menos acelerado na fase de maior crescimento (4,4% a.a. entre 2002 e 2014) e com a maior queda no período da crise, cuja redução foi de -1,3% a.a. entre 2015 e 2018. Nesse último ano, as MRGs de alta renda respondiam por 35 milhões dos vínculos ativos de emprego formal do país.

As MRGs de baixa renda, que foram alvos prioritários de políticas públicas, elevaram a sua participação no número de empregos formais em 0,6 p.p., entre 2002 e 2018, sendo que 0,3 p.p. foi obtido no período da crise econômica. Esse foi o único grupo a apresentar crescimento positivo entre 2015 e 2018. Cresceu à taxa de 0,6% a.a., nesse período, tendo apresentado cifra negativa apenas em 2016, quando perdeu mais de 90 mil postos de trabalho, em relação a 2015. Nos demais anos, as cifras foram de: aumento de apenas 284 postos de trabalho, em 2015; crescimento de 85 mil, em 2017; e 36 mil, em 2018. Nesse último ano, seu estoque de empregos formais foi de 1,5 milhão de vínculos ativos.

No caso das MRGs dinâmicas, houve redução do número de vínculos ativos formais, entre 2015 e 2018, a uma taxa de -0,4% a.a. Foi um dos piores resultados entre os quatro grupos, demonstrando freio justamente nas áreas que lideravam o crescimento no período anterior. Entre 2002 e 2014, as MRGs dinâmicas cresceram à taxa de 6,1% a.a., o que elevou a sua participação relativa no total do país, passando de 6,0%, em 2002, para 7,0%, em 2014, e 7,2%, em 2018. Esse ganho de participação em 2018 decorre, sobretudo, do péssimo desempenho das MRGs de alta renda.

As MRGs estagnadas apresentaram crescimento de 5,1% a.a., entre 2002 e 2014, e queda de -0,3% a.a., no período subsequente (2015-2018). Com isso, elevou a sua participação no total de empregos formais do país durante o período analisado. Em 2002, respondia por 13,1% dos postos de trabalho, passando para 14,3% em 2018.

O desempenho desses quatro grupos reforça o padrão verificado em outros níveis territoriais de observação para esse período recente. Qual seja, no período 2015-2018, o processo de desconcentração dos postos de trabalho decorreu, sobretudo, dos impactos da crise econômica sobre as áreas de maior adensamento econômico do país. Assim, há um processo diferenciado em relação ao período anterior, quando a redistribuição dos vínculos ativos acompanhava o processo de desconcentração econômica regional promovida pelo bom desempenho das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este TD analisou a evolução do emprego no Brasil segundo diferentes níveis territoriais e por tipo de atividade econômica em dois recortes temporais: os períodos 2000-2014 e 2015-2018. Sua abordagem regional e multiescalar se baseou nos princípios básicos formulados pela PNDR. Também influenciado por ela, sua ênfase recaiu sobre as MRGs geográficas do IBGE, unidades territoriais básicas para definição de uma tipologia sub-regional cujas áreas prioritárias de atendimento dessa política foram estabelecidas (Brasil, 2010; Macedo e Porto, 2018).

Discutiram-se as especificidades da reativação do mercado de trabalho na primeira década do século XXI e seu impacto regional na geração de empregos, bem como de suas repercussões no período mais recente (2015-2018) de agravamento dos efeitos da crise econômica. O texto evidenciou também as maneiras pelas quais os mercados de trabalho regionais reagiram aos ciclos econômicos recentes, segundo as escalas espaciais priorizadas na PNDR e pelos setores de atividades mais expressivos.

A análise regional e multiescalar empreendida resultou na incorporação dos avanços para as investigações relacionadas à política regional no Brasil. Tal verificação permitiu observar as dinâmicas próprias a cada região e em diferentes escalas, quanto à

formalização do emprego, os níveis de rendimento, indicadores de mercado de trabalho etc. Nesse sentido, consiste num importante aporte às metodologias de pesquisa para a política regional e para a tomada de decisão de políticas públicas.

Pelo que se pode demonstrar, durante o período investigado, a desconcentração produtiva regional do Brasil se manteve, ainda que em um ritmo muito lento. Do ponto de vista setorial, observou-se que ela obedeceu tanto ao ritmo de crescimento das atividades econômicas, que apresentam especializações regionais, quanto aos resultados das políticas públicas implementadas pós-2003, quando o desempenho do mercado de trabalho apresentou vetores importantes para a melhoria das condições de vida no país, movidos por uma política de valorização do salário mínimo e pelo crescimento da formalização do emprego. Nesse movimento, os estratos de mais baixa renda da classe trabalhadora foram os principais beneficiados, o que veio a contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais, sobretudo até 2014.

A pesquisa realizada neste estudo também demonstrou como alguns indicadores do mercado de trabalho se manifestam sobre as diferentes áreas do território brasileiro. Argumentou-se que a distribuição irregular dos resultados apresentados por esses indicadores é um reflexo dos aspectos demográficos regionais e da distribuição espacial da população, mas, também, reflete a questão regional brasileira. Isso é, suas características estruturais de diversidade e de desequilíbrios espaciais também se manifestam no problema da geração de emprego.

Em suma, na primeira década do século XXI, o emprego formal cresceu a taxas mais elevadas do que o crescimento da economia brasileira e do próprio ritmo de geração de empregos, dado pelo aumento da população ocupada. O fenômeno foi comum a todas as grandes regiões e a principal novidade no mercado de trabalho brasileiro. Entre 2002 e 2014, verificou-se uma fase positiva de expansão do emprego formal no país.

Nada obstante, após 2014, o mercado de trabalho brasileiro apresenta um novo quadro, ainda em curso, com forte reversão em relação a seu comportamento no período anterior. Entre 2015 e 2018, por decorrência da grave crise econômica e política no país, verificou-se a queda dos indicadores do emprego formal, sem que ainda houvesse indícios de retomada.

Em relação aos quatro grupos sub-regionais definidos pela PNDR (alta renda, baixa renda, estagnada e dinâmica), seu desempenho reforça o padrão verificado também em outras escalas de análise, durante esse período mais recente. Entre 2015 e 2018, o processo de desconcentração dos postos de trabalho decorreu, sobretudo, dos impactos da crise econômica sobre as áreas de maior adensamento econômico do país. Portanto, apesar da continuidade do processo de desconcentração, ele se deu de maneira diferenciada ao do período anterior (2002-2014). No primeiro período, a redistribuição dos vínculos ativos formais decorreu-se, fundamentalmente, do processo de desconcentração econômica regional movido pelo bom desempenho das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em resumo, no período de maior crescimento econômico (2002-2014), verificaram-se mais amplas transformações na estrutura setorial dos empregos formais entre as regiões brasileiras. Com a crise econômica, os efeitos recessivos sobre o mercado de trabalho foram generalizados, afetando mais ou menos igualmente todos os setores e em todas as regiões. O caso da construção civil, todavia, é bastante emblemático. A forma como esse setor foi afetado pela crise levou a uma maior redistribuição do número de postos de trabalho entre as regiões, mas promovendo sua reconcentração no Sudeste.

Desse modo, os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho brasileiro marcam uma forte inflexão em sua trajetória recente e em seus aspectos regionais. Esse período em curso parece inaugurar um novo conjunto de determinações e de condicionantes estruturais do mercado de trabalho, que estão a redefinir sua trajetória futura. Nesse sentido, chama-se a atenção para preocupações de pesquisa e de políticas que deem conta das transformações nas relações de trabalho num futuro próximo.

Alguns dos históricos problemas estruturais do mercado de trabalho – verificados, em especial, nas regiões alvo de políticas regionais – haviam sido reduzidos ou mitigados por ocasião desse período de maior crescimento econômico e de desconcentração produtiva regional. É o caso, por exemplo, dos níveis de precariedade dos empregos. Com a crise, esse quadro se inverte e as condições do mercado de trabalho se deterioraram. Esses efeitos, contudo, tendem a ser bem mais duradouros por ocasião da reforma trabalhista aprovada em 2017.

Em todas as regiões brasileiras os efeitos são bastante visíveis. Na região Nordeste, a crise afeta o mercado de trabalho urbano, com fortes rebatimentos no interior. A região Norte também reflete a precariedade do mercado de trabalho nas cidades.

A região Centro-Oeste verifica os efeitos do bom desempenho do setor externo, que deixa a crise do mercado de trabalho menos acentuada. Não obstante, é preciso ainda discutir os efeitos da reforma trabalhista sobre essas regiões. Mesmo para os setores exportadores do Centro-Oeste, quais foram as mudanças promovidas pela reforma? Vale dizer que o empresariado desse setor defendeu fortemente as mudanças promovidas, mas o que elas significam para os trabalhadores dessa região?

No nível das MRGs, aquelas áreas definidas como prioritárias da política regional – MRGs estagnadas e de baixa renda – foram afetadas, principalmente, pela queda do valor das remunerações, mas também, pela redução de crescimento dos empregos formais, apesar do seu ganho de participação relativa no período. Isso ocorre porque os efeitos da crise foram mais evidentes nas MRGs dinâmicas e de alta renda, seja pela inversão de seu ritmo de crescimento ou porque nessas áreas se concentravam o maior estoque de emprego formal do país.

Dessa maneira, importa que as políticas regionais, como é o caso da PNDR, também passem a monitorar seu desempenho em função do comportamento dos mercados de trabalho regionais. Em outras palavras, caberia verificar e orientar a sua atuação também para reduzir os efeitos aqui apontados.

REFERÊNCIAS

AMITRANO, C. R. **Um mapa setorial do emprego e dos salários a partir dos dados da Rais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2033).

ARRAIS, T. A. **Risco social no espaço rural**: a reforma previdenciária e o fim da aposentadoria rural. Goiânia: UFG, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3igstzf>>.

BALTAR, P. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2036).

BALTAR, P.; SOUEN, J. A.; CAMPOS, G. C. Emprego e distribuição de renda. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. (Org.). **Para além da política econômica**, São Paulo, Ed. da Unesp Digital, p. 171-206, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3p6tXq>>.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p. 729-747, dez. 2012.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1, p. 94-111, jan./mar. 2005.

GUIMARÃES NETO, L. **O emprego urbano no Nordeste**: situação atual e evolução recente 1950/1970. Fortaleza: BNB; Etene; Gedur, 1976.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <<https://bityli.com/LGydM>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<https://bityli.com/BUVhQ>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

_____. **Regiões de Influência das Cidades**: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<https://bityli.com/dOBfp>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. Disponível em: <<https://bit.ly/2XGNY2H>>.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico de 2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. (Série de Relatórios Metodológicos, v. 41). Disponível em: <<https://bit.ly/3bQfX8m>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016c. Disponível em: <<https://bityli.com/uIfeX>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**: 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016d. (Contas Nacionais, n. 54). Disponível em: <<https://bityli.com/9Ccwo>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

_____. **Sistema de Contas Nacionais do Brasil**: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Contas Nacionais, n. 63). Disponível em: <<https://bityli.com/hUjCD>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

_____. **Sistema de Contas Regionais do Brasil**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Contas Nacionais, n. 77). Disponível em: <<https://bityli.com/L2yXi>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3oOH7QW>>.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. 4 ed. Campinas: Alínea, 2009.

KREIN, J. D.; MANZANO, M. P. **Notas sobre a formalização**: estudo de caso Brasil. Brasília: OIT, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/39BR79z>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território**: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008). 2010. 302 f. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. Economia, transformações territoriais e infraestrutura no Brasil. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, v. 1, jul./set. 2015.

MACEDO, F. C.; ANGELIS, A. Guerra fiscal dos portos e desenvolvimento regional no Brasil. **Redes – Revista de Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, p. 185-212, jan.-abr., 2013. Disponível em: <<https://bityli.com/i983a>>.

MACEDO, F. C.; PORTO, L. R. **Proposta de atualização das tipologias da PNDR**: nota metodológica e mapas de referência. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2414).

MACEDO, F.; PIRES, M.; SAMPAIO, D. **Uma avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**: diagnóstico da aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (Norte) e do Centro-Oeste (FCO). Brasília: Ipea, 2015. (Relatório de Pesquisa, n. 31/2013).

SABOIA, J. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho. Como entender a aparente contradição? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 115-125, ago. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3oHvhll>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALTAR, P. E. A. *et al.* Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. GLU, maio 2010. (Texto para Discussão, n. 90).

MACEDO, F. C.; ANGELIS, A.; GOULARTI, J. G. **Sobre os dados de comércio exterior do MDIC nos estudos regionais no Brasil**. Cede, 2015. (Nota de Pesquisa, n. 3). Disponível em: <<https://bit.ly/2LuyT22>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

PERO, V. P.; AZEREDO, L. Mudanças no mercado de trabalho brasileiro na virada do milênio. *In*: OLIVEIRA, M. P. P. *et al.* **Rede de pesquisa formação e mercado de trabalho**: coletânea de artigos. Tendências e aspectos demográficos do mercado de trabalho. Brasília: Ipea; ABDI, 2014. v. 1. p. 17-40.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial

Reginaldo da Silva Domingos

Assistentes da Chefia

Rafael Augusto Ferreira Cardoso
Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes
Everson da Silva Moura

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita
Anderson Silva Reis
Cristiano Ferreira de Araújo
Danilo Leite de Macedo Tavares
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres
Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 2026-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



ISSN 1415-4765

